

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A ORIGEM DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO CEARÁ: UMA
ALTERNATIVA POPULAR (1979-1989)

Ciro Alcântara de Araújo

SÃO CRISTÓVÃO

2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Araújo, Ciro Alcântara de

A665o A origem do Partido dos Trabalhadores no Ceará: uma alternativa popular (1979 - 1989) / Ciro Alcântara de Araújo ; orientador Antônio Fernando de Araújo Sá. - São Cristóvão, 2017.

101 f., il.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. História do Brasil (século 20). 2. Partidos políticos. I. Sá, Antônio Fernando de Araújo orient. II. Título.

CDU 329(813.1)

CIRO ALCÂNTARA DE ARAÚJO

A ORIGEM DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO CEARÁ: UMA
ALTERNATIVA POPULAR (1979-1989)


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial à obtenção de título de Mestre em
História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.
Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá

SÃO CRISTÓVÃO


2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PROHIS

O Presidente da banca examinadora proclamou o candidato **CIRO ALCÂNTARA DE ARAÚJO, MESTRE EM HISTÓRIA**. Não havendo mais nada, o Senhor Presidente encerrou a sessão, cujos trabalhos são objetos desta ata, lavrada por mim, Bruno Gonçalves Alvaro, secretário *ad hoc* do PROHIS, a qual assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 28 de agosto de 2017.



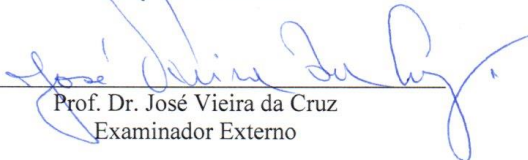
Bruno Gonçalves Alvaro
Secretário *ad hoc* do PROHIS



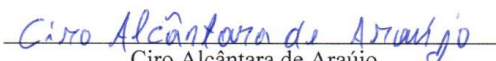
Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Júnior
Examinador Interno



Prof. Dr. José Vieira da Cruz
Examinador Externo



Ciro Alcântara de Araújo
Mestrando

À minha família

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Idelzuite Alcântara de Araújo, pelo apoio ao longo da pós-graduação. Aos colegas de mestrado da UFS pelo companheirismo.

Aos professores que contribuíram para o amadurecimento teórico-metodológico, principalmente a Edna Maria Matos Antônio, Célia Costa Cardoso e Augusto da Silva, assim como o professor colaborador do PROHIS Luciano José Vianna. Ao meu orientador Antônio Fernando de Araújo Sá pela paciência e conselhos importantes para o processo de escrita desta dissertação.

Aos amigos Edinísio de Assis, Gabriela Domingos e Amanda da Silva que ofereceram apoio durante minha passagem por Aracaju, obrigado pela ajuda. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que permitiu o custeio dos materiais para o acesso à documentação analisada ao longo da pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem o propósito de examinar a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), no estado do Ceará, estabelecendo uma periodização que contemple as diferentes fases desde 1979 até sua chegada ao governo municipal em Fortaleza, concluído em 1989. No primeiro momento, discutimos a luta pela redemocratização no Brasil, centrada no caso cearense, com destaque na atuação de segmentos da esquerda revolucionária, sindicatos, movimentos sociais e militantes da Igreja Católica. Depois propomos compreender as relações entre o partido e a base, com outros partidos e os movimentos sociais nas eleições de 1982. Finalmente, analisamos a ascensão de Maria Luiza Fontenele ao Governo Municipal de Fortaleza, em 1985, que se constituiu na primeira experiência petista em capitais no Brasil. A partir de um conjunto de fontes escritas, visuais e orais, buscamos compreender a atuação dessa agremiação política na primeira década de existência, em diálogo com o contexto nacional, demonstrando as contradições políticas existentes entre as diversas correntes na consolidação partidária.

Palavras-chave: História do Brasil Contemporâneo; Partido dos Trabalhadores; Ceará

ABSTRACT

This research has the purpose of examining the trajectory of the party of workers (PT), in the state of Ceará, establishing a periodization that contemplates the different phases of the party since 1979 until your arrival to the Municipal Government in Fortaleza, completed in 1989. At the first moment, we discuss the struggle for the organization of workers at the end of the military regime, centered in the cearense case, with highlight in the performance of segments of the revolutionary left, unions, social movements and militants of the Catholic Church. After a look at understanding relations between party and basis, with other parties and social movements in the 1982 elections. Finally, we analyzed the ascension of Maria Luiza Fontenele to the Municipal Government of Fortaleza, in 1985, which is constituted in the first labor party experience at capitals in Brazil. From a set of written, sources visual and oral, we seek to understand the action of this political aggregation in the first decade of existence, in dialogue with the national context, demonstrating the existing political contradictions between the various chains in the party consolidation.

Keywords: History of Contemporary Brazil, Democracy; Workers Party; Ceará.

LISTA DE IMAGENS

Imagem I – Comissão Diretora Nacional Provisória.....	41
Imagem II - Comissão Diretora Regional Provisória.....	42
Imagem III - Comissão Diretora Regional Provisória.....	43
Imagem IV – Panfleto Por que venceremos as eleições de 1985.....	67
Imagem V – Panfleto Por que venceremos as eleições de 1985.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo.....	26
Tabela II – População nos censos demográficos por situação de domicílio.....	47
Tabela III - Resultado eleitoral das eleições ao governo do estado de 1986.....	80
Tabela IV – Resultado eleitoral dos candidatos a deputado estadual e federal do PT 1986.....	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 - ORIGENS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO CEARÁ (1979-1982)	12
1.1 – A fundação da agremiação cearense.....	22
2 - CONSTRUINDO A ALTERNATIVA POPULAR (1982-1985)	45
2.1 – Os dissidentes do PCdoB	
2.2 – O Partido Revolucionário Comunista (PRC)	59
3 - O PT NA PREFEITURA DE FORTALEZA (1985-1989): UMA ALTERNATIVA POPULAR À TRANSIÇÃO CONSERVADORA DA NOVA REPÚBLICA?	64
3.1 – Crise partidária na gestão de Fontenele	73
3.2 – A participação da esquerda católica nas eleições de 1986	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
FONTES	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Partido dos Trabalhadores tem sido objeto de análise da intelectualidade brasileira. Há uma série de estudos em vários campos do conhecimento sobre o comportamento do partido com a sociedade, com os demais partidos e quanto a sua estruturação interna, esmiuçando sua singularidade desde a fundação.

Meneguelo (1989, p. 21) destacou que em fins da década de 1970 o PT configurou uma novidade no arranjo de forças políticas advindo com a reforma partidária no Brasil, fortemente enraizado em bases sociais e com uma proposta de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares. Sobre sua estruturação interna, a autora descreve a novidade que o PT estabelecia ao nível organizacional e estatutário, onde havia o fato de procurar traduzir no seu perfil formal uma proposta de funcionamento mais democrática, definida pelo estabelecimento de mecanismos de maior ligação entre as bases e o partido.

Com a reforma partidária, em 1979, o PT distinguia-se dos demais partidos a partir de uma proposta que englobava segmentos organizados da sociedade civil como sindicatos, associações, movimentos a favor de políticas públicas para negros, mulheres, indígenas, etc. Isso contribuiu para a organização da estrutura interna. Margaret Keck (2010, p.16) o caracterizou como um fenômeno raro na política brasileira devido a sua estrutura e seus posicionamentos diante dos demais partidos.

Torna-se importante salientar que boa parte dos estudos sobre esse partido têm como referência o Sul e Sudeste do país, portanto, deve-se levar em conta, principalmente, a importância dos paulistas para organização dos diretórios no Brasil, porém, devemos alertar para algumas limitações.

Na construção desse partido houve uma enorme diversidade regional em todo o país, sendo que, no caso cearense, a esquerda proveniente da luta armada passou por uma reorientação teórica, contribuindo para a formação desse partido. Além de segmentos trotskistas e membros da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação.

Nesse momento de construção partidária, temos a participação, em fins da década de 1970, de militantes marxistas que reorientaram seu campo de ação política, como foi o caso de Gilvan Rocha, William Montenegro, Manuel Fonsêca, entre outros remanescentes da luta armada. Por outro lado, as Comunidades Eclesiais de Base ofereciam aos católicos um modelo capaz de organizar os indivíduos para questionar a ordem vigente, colaborando para a formação de lideranças sindicais, sociais e de bairro.

Essa militância católica foi fundamental para a inserção social do partido nos movimentos sociais, sendo que, no interior do estado, a principal referência foi Dom Antônio Batista Fragoso, bispo da Diocese de Crateús e, em Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider.

Desse modo, o PT possui caráter peculiar na esfera política brasileira, por não ter surgido nos gabinetes parlamentares, que despontando, em 1980, como um pequeno partido sem grandes pretensões eleitorais, em meados dessa década conquistou a prefeitura da Capital cearense e, nas eleições de 1989, conseguiu chegar ao segundo turno das eleições presidenciais, enfrentando lideranças com partidos mais estruturados, como Leonel Brizola, Mario Covas e Paulo Maluf.

Ao longo do processo de pesquisa foi necessário repensar o projeto de pesquisa inicial por conta da dificuldade em acessar documentação relevante para estudar a história do PT no município de Juazeiro do Norte-CE, no sertão cearense. Por isso, optamos por centramos no período de construção desse partido, tomando como eixo de análise a fundação do PT em Fortaleza, onde se deu uma organização efetiva em 1979, conquistou seu registro após as eleições de 1982 e seu raio de expansão pelo interior do estado até a conquista do governo municipal de Fortaleza, em 1985 até o final da gestão.

Nossa hipótese é que a origem e consolidação do Partido dos Trabalhadores no Ceará ocorreu devido a metamorfoses no campo político e econômico. O modelo político do regime militar se mostrava desgastado em fins dos anos 1970, abrindo espaço para que segmentos dos trabalhadores organizasse um partido que os representasse. Uma construção e consolidação partidária contra a ordem instituída. Do ponto de vista da tipologia das fontes históricas, utilizamos documentos da Igreja Católica, jornais, entrevistas, dados estatísticos, livreto de cordel, panfletos, atas das comissões provisórias, encontradas no Tribunal Regional Eleitoral, e os livros de memórias de Gilvan Rocha.

A confrontação dessas fontes possibilitou perceber as disputas ideológicas no momento de construção do partido, bem como as dificuldades para enfrentar o sistema político forjado durante a ditadura militar, em que os jornais de grande circulação desempenharam um papel importante. Além dos jornais locais, como *O Povo*, o *Diário do Nordeste*, consultamos jornais editados fora do Ceará, como o *Jornal do Brasil* e *Diário do Pernambuco*. Os jornais locais estavam vinculados às classes dominantes cearenses, como é o caso de *O Povo*, fundado em 1928, em Fortaleza, por Demócrito Rocha e Paulo Sarasate. Durante o governo de Virgílio Távora (1979-1982), *O Povo* recebia cerca de cinquenta por cento (50%) do orçamento da Secretaria de Comunicação, constituindo-se no veículo de

comunicação que recebia maior quantidade de publicidade do Estado (MATILDE, 2011, p.62). Outro jornal consultado foi o *Diário do Nordeste*, pertencente ao grupo Edson Queiroz de Comunicação.

Como contraponto às ideias veiculadas por esses jornais, usamos também os jornais alternativos, *Em Tempo*, pertencente ao grupo trotskista da Democracia Socialista, o *Jornal da Convergência Socialista* e, principalmente, o jornal *Movimento* (1975-1981). Este último foi uma das publicações mais importantes durante o regime militar, tendo entre seus colaboradores Fernando Henrique Cardoso, Jacob Gorender, Nelson Werneck Sodré, entre outros.

O título e subtítulo desse trabalho ocorrem devido o PT surgir num contexto onde o controle absoluto do aparelho de Estado era condição essencial para a manutenção e reprodução do poder político. O que explica o uso indiscriminado do clientelismo como fonte de constituição de significativas redes de lealdade as elites. Estes aspectos constituem o contexto cujo o PT cearense nasceu, ou seja, contra a expressão do capitalismo no estado cearense, a ditadura militar. O PT defendia a construção de um estado com representatividade dos trabalhadores organizados, em outras palavras, uma alternativa popular.

A dissertação foi dividida em três capítulos, de acordo com o recorte temporal proposto. No primeiro momento, delimitamos os anos de 1979 a 1982 como fase inicial da organização partidária. Para tanto, fizemos uma análise dos primeiros documentos do PT, tentando compreender a diversidade regional existente na construção partidária. No Nordeste, destacaram-se nesse sentido o segmento progressista da Igreja Católica e as organizações de esquerda. No caso cearense, as lutas no campo e as mudanças no mundo do trabalho ocorridas pelo desenvolvimento do capitalismo na segunda metade do século XX foram determinantes nesse primeiro momento, com a intensa participação dos sindicatos de trabalhadores rurais e as Comunidades Eclesiais de Base. O PT cearense nasceu sob o “batismo” dos católicos, inclusive, foi, num convento carmelita, a constituição da primeira comissão provisória.

O segundo momento, entre o intervalo das eleições de 1982 e de 1985, efetuou-se o momento de estruturação e consolidação do partido como um organismo ativo na política institucionalizada, embora o PT não fosse um partido voltado apenas para a disputa eleitoral. Esse período foi marcado pelas dificuldades eleitorais no enfrentamento de um cenário marcado pelo clientelismo, pelas secas e por outros partidos que disputavam a liderança das organizações da sociedade civil. Por outro lado, os conflitos internos, como a integração do

Partido Revolucionário Comunista (PRC) ao PT, resultaram em dissensões internas, que se aprofundaram quando da vitória do PT nas eleições municipais de 1985.

É sobre o partido e a gestão de Maria Luiza Fontenele, em Fortaleza, que o último capítulo se centra, analisando a experiência conflituosa na gestão municipal, que resultou na expulsão da prefeita eleita da agremiação em 1989. Onde, no contexto da Nova República desdobrava-se a reorganização de forças e a construção de um projeto hegemônico. A vitória de Maria Luiza a prefeitura simbolizou o avanço da oposição brasileira e uma ameaça as elites dominantes que não somente dificultaram o acesso aos recursos, como também construíram uma imagem negativa da gestão. As elites dominantes se comportaram de tal forma a não tornar a gestão de Maria Luiza viável, pois o sucesso do projeto de esquerda poderia comprometer a ordem então vigente. Para as eleições de 1986, o PT demonstrou com nitidez a força de suas bases no interior do estado quando elegeu dois Deputados Estaduais e rendeu uma expressiva quantidade de votos para Deputado Federal, onde os sindicatos dos trabalhadores rurais e os católicos progressistas foram primordiais nesse processo.

O leitor tem em mãos um fragmento da história do Partido dos Trabalhadores (PT) no Ceará. Propomos escrever a história de um partido, levando em conta uma série de elementos ideológicos que compõe a linha político-partidária, que conta com ampla rede de militância e ligações profundas com os movimentos sociais. É impossível compreender a história contemporânea do Brasil no final do século XX sem mencionar a importância que este partido teve no processo de redemocratização política, desde fins da década de 1970.

1. ORIGENS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO CEARÁ (1979-1982)

Em fins de 1970, o regime militar demonstrava sinais de desgaste. A reação governista contra a crise política se dava por tentativas de institucionalizar o regime ampliando o bloco de apoio aos militares e enfraquecendo a oposição nas instituições da república. Assim, uma das ações de impacto ocorreu por meio da proposta do fim do bipartidarismo, onde os militares almejavam rachar a unidade das esquerdas em torno do MDB. A lógica seria de tornar mais nítido quem era quem no jogo político e isolar a oposição mais feroz. Os arenistas formariam um partido com possíveis laços com os moderados do MDB. As demais tendências desse último formariam uma oposição de esquerda que não se mostraria violenta a ordem. O Movimento registrava: “Nos bastidores renasce o PTB” articulado por antigos membros dos antigos PSD, PTB e PSB que fazem referência a um partido de centro-esquerda “democrático e socialista, mas não extremista” (MOVIMENTO, 13 de fevereiro de 1978a, p.5).

Essa tática política possuiu certa coesão. O grande problema para os governistas foi que a abertura do regime militar para a democracia não foi guiada completamente pelos militares. Um dos sinais desse fato foi a própria divisão dos arenistas em tendências que lutaram para sobreviver dentro das regras da democracia, migraram para partidos diferentes e muitas vezes se digladiaram. O caso cearense é exemplar e abordaremos ele mais adiante. Mas, a grande surpresa naquele momento foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Articulado por sindicalistas que assumiram uma posição de independência com relação ao governo, o novo partido englobou segmentos em ascensão como militantes da esquerda católica vinculados a teologia da libertação, lideranças dos movimentos populares e diversas tendências marxistas, assim como intelectuais.

A proposta de criação do PT foi apresentada durante o Congresso dos Metalúrgicos realizado em Lins (SP) em janeiro de 1979. Segundo Benedito Marcilio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, o partido só não admitiria patrões. Seria um partido de assalariados, incluindo a massa marginalizada, não assalariada, do campo e das cidades. (Movimento, 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1979a, p.4.). O documento produzido pelo nascente Partido dos Trabalhadores (1979a), a tese de Santo André-Lins, de forma

cautelosa, não propunha a luta em defesa do “socialismo”, apesar do seu conteúdo conter elementos da teoria marxista.

Já a Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores (1980b), discutida posteriormente, era uma resposta socialista às lacunas da tese de Santo André-Lins. A carta foi debatida em sua maioria por sindicalistas, mas contou com a participação de importantes trotskistas da Convergência Socialista¹, do Comitê de Ligação dos Trotskista Brasileiros, ligado à Paulo Skromov (ANGELO, 2007, p.25) e trotskistas que depois fizeram parte da Democracia Socialista (DS)².

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado, oficialmente, em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion, em São Paulo, com o intuito de defender a participação dos trabalhadores na política. Em seu *Manifesto* (1980c, p.2), o partido caracterizava-se como amplo, aberto a todos empenhados com os anseios dos trabalhadores e seu programa partidário para construção de uma estrutura democrática, fundamentada em decisões coletivas decididas pelas bases.

Essa agremiação partidária trouxe algumas peculiaridades no campo da esquerda e na esfera partidária brasileira, aparecendo como uma alternativa ao marxismo-leninismo, sobretudo o de matriz stalinista. Seu surgimento se deu por meio dos movimentos de base, o que lhe garantiu apoio dos setores mais organizados da classe trabalhadora. Estruturalmente, a organização interna baseou-se na circulação de ideias seguindo o princípio da democracia, assim os diretórios organizaram núcleos de base que ofereciam condições para associar a vida cotidiana dos trabalhadores à reflexão política sobre a ação do estado.

No *Programa do Partido* (1980d, p.1) foi estabelecido seu caráter democrático, onde as bases seriam fundamentais nos processos de decisão, estabelecendo que a base estaria no movimento popular, não se caracterizando como um partido tático-eleitoral, mas que

¹ Em 1973, um grupo de militantes de esquerda exilados no Chile vieram para o Brasil e formaram um pequeno partido clandestino, a Liga Operária. Posteriormente, em 1978, se transformaria no Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) que formaria uma frente de esquerda chamada de Convergência Socialista (CS). Essa tendência trotskista possuía o jornal *Convergência Socialista* e sua relação com a direção do PT, nos anos 1980 e 1990, foi de crítica ao caráter conciliador e eleitoreiro, defendendo um partido independente e apoiado pelas bases, núcleos. (MARQUES, 2007, p.159).

² Democracia Socialista (DS), fundada em dezembro de 1979 pela aglutinação de várias forças de esquerda, sobretudo mineira e gaúcha, como a tendência estudantil Centelha, membros da oposição metalúrgica de Belo Horizonte, um grupo de estudantes gaúchos, trotskistas do antigo Partido Comunista Operário-POC, fundado em 1968, pela fusão da dissidência leninista do PCB-RS com a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária/ORM-POLOP e outros grupos menores. A DS “unificou-se em 1981 com a Organização Revolucionária dos Trabalhadores, formada por militantes oriundos da Liga Operária e da Convergência Socialista, adotando o nome de Organização Revolucionária Marxista- Democracia Socialista” (MARQUES, 2007, p.159).

desenvolveria um trabalho de conscientização política dos trabalhadores. Os documentos produzidos antes da fundação do PT nos revelam que o partido nasceu com um projeto difuso, onde alguns dos fundadores, principalmente sindicalistas, não almejavam pôr em prática os princípios teoria marxista como pretendiam muitos trotskistas. Com já citamos, a palavra socialismo não foi usada nenhuma vez na tese de Santo André-Lins. Contudo, as tendências orientadas por princípios marxistas foram fundamentais para a fundação do partido, onde não somente conviveu e participou de decisões importantes na produção de documentos, como a Carta de Princípios, como também hegemonizou e fundou diretórios por diversas regiões do Brasil.

Por isso, o partido é questionado enquanto “novidade” por Gurgel (1989, p. 61), quando propõe que esse traz consigo o vício da tábula rasa, ou seja, é um equívoco renunciar o legado da experiência dos grupos anteriores. Para Marco Aurélio Garcia, a novidade era a crítica ao marxismo-leninismo, com uma proposta de “esquerda social” baseada em tendências anticapitalistas que se ergueram nos movimentos sociais, especialmente do movimento operário e sindical. Essas tendências eram uma resposta à crise dos partidos comunistas no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Com tal hipótese não se quer afirmar que os anos 1970 constituem um momento de ruptura absoluta na história da esquerda. Configura-se neste período um processo no qual os indiscutíveis elementos de descontinuidade, consequência das transformações por que passa a sociedade brasileira no pós-1964, não eliminam na “nova esquerda” sobrevivências de maior ou menor significação. (GARCIA, 1986, p. 201)

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e tendências trotskistas não só contribuíram para o fortalecimento dos movimentos populares nos anos 1970 em oposição ao regime militar. Como também, parte dessa esquerda, estava atuando no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como é o caso dos três primeiros. O PT surgiu como o resultado da crítica à atuação dos partidos comunistas e das experiências fundamentadas no “socialismo real”, mesmo recebendo setores egressos da luta armada e de organizações marxistas que combateram o regime militar.

Entretanto, as esquerdas, no final da década de 1970, não rompem com a forte herança “estatista”, o fascínio por “inúmeros aspectos do socialismo “realmente existente”, a atração pela “eficácia bolchevista dos modelos de organização partidária” ou o leninismo como prática política (GARCIA, 1986, p.201). Isso fica explicitado, em 1980, quando muitos militantes da esquerda armada que estiveram na fundação do PT, como dissidentes PCdoB, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Aliança Libertadora Nacional (ALN), reavaliaram sua ação política ou grupos trotskistas que optaram por uma passagem tática pelo partido.

Nesse momento, os sindicalistas hegemonizaram os caminhos da direção nacional, em disputa com uma imensa diversidade de tendências no interior do PT. As origens desse partido nos diferentes estados brasileiros correspondem as conjunturas locais e estaduais, diferenciando-se do PT paulista, como, por exemplo, no Rio Grande do Norte. Azevedo (1996, p.106) descreve que nesse estado, os grupos expressivos estavam, no início da década de 1980, ligados ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), atuante no meio das organizações de base da Igreja através do movimento estudantil, e o Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR), que exerceu maior influência entre sindicalistas no campo, detendo, durante cerca de seis anos, a hegemonia e o controle da Direção Estadual do PT-RN. Outras tendências, como a Convergência Socialista e o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), eram mais atuantes entre os militantes do meio universitário potiguar

Secco (2015, p.52) descreve que no Piauí “a formação do PT se deu devido à Igreja Católica (um padre italiano muito contribuiu, inclusive financeiramente) e a um grupo de professores, mas os sindicalistas eram da área rural”.

Os católicos foram fundamentais no processo de formação e consolidação partidária no Nordeste. Mas o alinhamento dos católicos com a esquerda não ocorreu em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Pelo menos desde a década de 1960 houve uma aproximação entre os militantes católicos com a esquerda revolucionária, principalmente depois do Concílio Vaticano II. O Vaticano reformulou sua ação religiosa para a América Latina e buscou atualizar-se diante dos desafios para a Igreja naquele momento. Uma das mudanças mais significativas foi a utilização do idioma de cada país, inclusive nos cânticos, na celebração das missas, ocorrendo também a participação de leigos nas celebrações. Essas mudanças foram primordiais para que, na década de 1970, os sacerdotes tivessem um contato maior com os mais pobres nas regiões menos desenvolvidas.

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1968), não apenas seguiu as orientações do Concílio Vaticano II, como debateu e ampliou questões sobre a justiça, paz e a pobreza da Igreja Latina, cujo documento final pode ser dividido em três temáticas: promoção do homem, evangelização e educação na fé e, por fim, estrutura eclesial. No documento, foi explicitado que a verdadeira libertação se dará quando “chegue a nós o Reino de justiça, de amor e de paz”. (II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1968, p.4)

Era a “opção da Igreja pelos pobres” no que acreditavam ser a busca de um “novo reino”. Tal perspectiva refletiu na ação de alguns católicos brasileiros e também é encontrada no documento dos bispos e superiores religiosos do Nordeste, “Eu ouvi os clamores do meu povo”, publicado no Caderno de Estudos CEAS em 1973 e divulgado internacionalmente pelo DIAL. Subscrito por bispos como Dom Fragoso, Dom José Brandão, Dom Hélder Câmara, Dom Lamartine, entre outros, esse documento afirmava que

Não queremos mais uma vez usar mal ou indevidamente do nosso poder e dever de falar em nome de Deus, neste momento histórico, aos homens do nosso país, concitando-os a verdadeira conversão, isto é, ao exame ideal do seu comportamento humano e a consequente transformação radical de sua vida toda espiritual e coletiva. (DIFFUSION DE L'INFORMATION SUR L'AMÉRIQUE LATINE, 1973, p.2)

Há a preocupação em relação ao comportamento humano em suas dimensões espiritual e coletiva, mas sobretudo, diante do contexto histórico que o Brasil e o Nordeste enfrentavam sob o regime militar e seu caráter autoritário. Assim, esse documento, como o produzido em Medellín, não apenas avançou as orientações do Concílio Vaticano II, como também aprofundou questões locais. Nesse sentido, o documento parte do princípio que se deve interpretar os fatos sociais considerando uma “nova consciência” e, para isso, a teologia recorreu às ciências humanas em busca de uma instrumentalização mais adequada para análise da realidade.

A combinação entre fé e transformação social – “as encíclicas de João XXIII, os documentos conciliares e as orientações de Medellín” (DELGADO; PASSOS, 2007, p. 121) devem ser analisadas dentro do processo de mudança no interior da Igreja com João XXIII, mas também a inserindo no contexto da Revolução Cubana de 1959.

O resultado desse cruzamento foi a construção do Cristianismo da Libertação, esse pode ser definido como:

Um conjunto de reflexões e práticas que questionam a injustiça social, e se traduzem no compromisso de cristãos – membros do clero, mas sobretudo leigos, organizados em Comunidades Eclesiais de Base, Pastorais Populares, Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC), Movimento de Educação de Base – com a luta pela emancipação dos pobres (LOWY, 2007a, p.306)

No interior do Ceará, Dom Antônio Batista Fragoso foi um pioneiro dessa perspectiva, da “Igreja dos Pobres”, servindo de referência para as esquerdas formadoras do PT. Desde que foi assistente eclesial do Círculo Operário de João Pessoa e da Juventude Universitária Católica (JUC) do Nordeste, o religioso costumava dizer que sua conversão devia à densa experiência com o mundo do Trabalho, por meio da Juventude Operária Católica (JOC).

De 1957 a 1964, como Bispo Auxiliar de São Luiz do Maranhão, ele conviveu com a experiência das cooperativas produtoras de coco-babaçu. Nesse ínterim, foi “padre conciliar” no Vaticano II, de 1962 a 1965, tornando-se bispo Diocesano de Crateús-CE, em 1964, onde permaneceu até maio de 1998. Em Crateús, Dom Fragoso pôde dar continuidade ao trabalho com camponeses, formando e animando as comunidades na perspectiva da “Igreja dos pobres”, popular e libertadora, dentro do viés debatido em Medellín. Durante o período da ditadura militar, o bispo acolheu muitos militantes de esquerda perseguidos pela ditadura e desenvolveu as Comunidades eclesiais de Base. (CALADO; FRAGOSO; GONÇALVES, 2007, p.9)

Wladimir Pomar foi um membro do Partido dos Trabalhadores teve uma experiência em Crateús antes da fundação desse partido. Ele foi membro da executiva nacional em 1984-1990 e coordenador da campanha eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva a presidente da república em 1989. A experiência ocorreu aproximadamente entre 1964 e 1972 quando estava na clandestinidade. Esse dirigente tentou organizar a guerrilha nessa cidade por conta da atuação de Dom Fragoso. Segundo o site do *Diário do Nordeste*, o bispo simpatizava com o seu trabalho nas comunidades, mas não houve aliança alguma entre a Igreja de Crateús e a guerrilha.

Para o bispo, a clandestinidade era uma experiência frutífera:

Olhe o que você, que já tem uma experiência clandestina muito grande, sabe como é difícil, árduo. Supõe uma maturidade enorme para isso, como é que pega esse pessoalzinho simples daqui, que não tem nenhuma experiência sobre isso, eles vão ser mortos, ser mortos, não é? Então não é honesto. (CALADO; FRAGOSO; GONÇALVES, 2007, p.45)

Os núcleos guerrilheiros eram compostos por estudantes de Fortaleza que haviam participado da JUC, estabelecendo uma afinidade com as comunidades católicas locais. Segundo Pomar ao site, “foi daí que desenvolvemos mais um trabalho político, com os camponeses, na perspectiva de organizar os sindicatos e desenvolver uma base de apoio para lutas de resistência ao regime” (DIÁRIO DO NORDESTE, 24 de novembro de 2005a).

Essa experiência guerrilheira foi assim descrita por Dom Fragoso:

Ele me contou que havia perto de lá, um local, uma serra onde havia armas escondidas, estavam fazendo treinamentos, estavam levando pessoas para lá, clandestinamente, e treinando e que a intenção deles era fazer uma revolução do tipo Debray que dizia, se a gente estoura uma revolução num ponto, ela se espalha de tal modo como um rastilho. E eles queriam fazer um corredor desses, desde Crateús até lá em cima na revolução do Araguaia. (CALADO; FRAGOSO; GONÇALVES, 2007, p.44)

Para Wladimir Pomar, a falta de contato entre as células da guerrilha e o comitê central foi fundamental para a segurança de muitos ativistas. Houve apenas uma baixa, um estudante universitário foi preso em Fortaleza, torturado até confessar e comprometer a estrutura da guerrilha em Crateús.

Sobre isso, Dom Fragoso fez o seguinte comentário sobre Pomar:

E ele estava lá em cima da serra, havia várias pessoas e um rapaz foi preso, de Crateús, que era um universitário, foi preso, foi torturado muito. E torturado, ele foi trazido para indicar esse ponto. Quando chegou lá na véspera, eu não sei o instinto deles como foi, eles adivinharam: tiraram tudo e esconderam e se tornaram clandestinos, não é? Todos. Assim, nenhum deles foi preso. Só esse rapaz

universitário, não é? Então se pode dizer que ele me falou de tudo isso, mas ele nunca me convidou para aliança. (CALADO; FRAGOSO; GONÇALVES, 2007, p.44)

Em 1972, quando Wladimir Pomar já havia partido de Crateús, Eloisio, membro da guerrilha em Crateús, continuou “organizando a comunidade no intuito de consolidar o movimento guerrilheiro, porém só soube do insucesso armado dos comunistas e abandono da organização quando, por acaso, foi a Fortaleza para um tratamento dentário e descobriu o fracasso da guerrilha do Araguaia” (DIÁRIO DO NORDESTE, 24 de novembro 2005a).

Na segunda metade da década de 1970, Raimunda Zélia, pertencente ao grupo de Dom Fragoso, colaborou com grupo de Maria Luiza Fontenele no Movimento Feminino pela Anistia em Fortaleza. Ronald Albuquerque, um dos fundadores do PT e um dos principais líderes no Sul do Ceará em 1980, afirmou que a Diocese de Crateús serviu de parâmetro para ação progressista³:

Assumi essa tarefa com alguns amigos ligados à diocese do Crato e ao movimento sindical dos trabalhadores rurais. Essa, se não era a única categoria organizada no Cariri, era a categoria organizada com maior inserção política e, portanto, aquela que procuramos para apresentar e discutir a proposta da criação do Partido dos Trabalhadores. Fomos bem recebidos e a organização dos diretórios municipais pôde ocorrer em seis dos nove municípios que contatamos. (ALBUQUERQUE, 2012, p.52)

Os católicos progressistas da Diocese do Crato não possuíam uma força tão expressiva quanto aqueles da Diocese de Crateús, embora existissem membros importantes e difusores da “libertação do homem”, como Padre Pedro Lapo. Em Juazeiro do Norte-CE, cujas paróquias são ligadas a Diocese do Crato, Argemiro Teófilo, um dos fundadores do PT era ligado à ala progressista nos primeiros anos da década de 1980. Ele se envolveu numa atuação social fundamentada na Teologia da Libertação. Em entrevista ao autor, ele comentou sobre esse momento:

³ Recorro, para especificar os segmentos da Igreja entre progressistas e conservadores, a análise de Follmann em seu livro: *Igreja, Ideologia e Classes Sociais*. Para ele, são progressistas aqueles afinados com o Vaticano II, envolvidos com as lutas populares por direitos. Os conservadores são aqueles que entendem não ser papel da Igreja interceder nos problemas sociais, suas atribuições são evidentemente religiosas.

Eu era da Igreja, mas pegava os jornais das demais tendências (Tendências do PT). O que interessava não era o material da tendência em si, mas a questão da conjuntura. O que trabalhávamos era a questão da conjuntura e dentro da pastoral como usávamos o método do ver julgar e agir a gente trazia a mesma situação para dentro do partido, ver a questão da conjuntura e julgar a luz do evangelho e agir de acordo com as nossas possibilidades. Não estávamos preocupados em ser legisladores, administradores, não! O objetivo principal era começar a transformar a cabeça das pessoas. (TEÓFILO, 2016)

Tal perspectiva de ação descrita pelo entrevistado foi lançada sob a luz do que havia sido debatido no documento final da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em 1979, na cidade de Puebla, no México. Levantou-se uma reflexão teológica sobre a leitura pastoral e a vivência com a sociedade, conservando o método de intervenção anteriormente elaborado Medellín. Com base nessas experiências, de analisar a realidade, julgá-la teologicamente e, por fim, agir de forma pastoral, a Teologia da Libertação foi construída como um corpo teórico, a partir dos anos 1970, por católicos progressistas, sendo “ao mesmo tempo, reflexo da práxis anterior e uma reflexão dessa práxis” (LOWY, 2016b, p.73). Seria uma reflexão da experiência que os católicos adquiriram quando a Teologia da Libertação não possuía um corpo teórico tão sólido como em fins dos anos 1970.

A principal forma de organização desses católicos se dava por meio das Comunidades Eclesiais de Base. Por isso, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou uma série de estudos sobre a formatação das comunidades eclesiais, que estavam divididas em regiões episcopais com seus conselhos regionais. A seção responsável pelo Ceará é Regional Nordeste I. Essa teve como presidente Dom Aloísio Lorscheider e sua primeira Assembleia Geral realizou-se, na Diocese de Limoeiro do Norte, em novembro de 1980. Sua abrangência era de nove Dioceses: Fortaleza (Arquidiocese), Crato, Crateús, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá, Tianguá e Sobral.

No Ceará, as Comunidades Eclesiais de Base foram fundamentais no processo de organização de comunidades com encontros para praticar a religiosidade, viver na “comunhão” e debater os problemas conjunturais do cotidiano. O grande tema que aflorou nesse debate foi sobre a posse e uso da terra, sendo que a Regional Nordeste I se posicionou frente aos graves contrastes sociais no sertão cearense.

Um dos documentos que orientou a atuação da Regional I foi elaborado em 1980, na 18ª Assembleia da CNBB. Nesse evento foi lançado o documento *Igreja e Problemas da Terra*, na cidade de Itaici-SP, cujo conteúdo remeteu à reflexão teológica entre Igreja e sociedade por meio da “opção preferencial pelos pobres”, reforçando a ação pastoral para a construção do que seria um “novo reino” para os católicos brasileiros.

É missão da Igreja convocar todos os homens para que vivam como irmãos superando toda forma de exploração, como quer o único Deus e pai comum dos homens. Movidos pelo evangelho e pela graça de Deus, devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra. (CNBB, 1980, p.1)

É manifesto um discurso, desse segmento católico, contra as relações de poder vigente entre os proprietários de terras e os camponeses envolvidos em conflitos:

Nossa atuação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperação, para que sejam realmente organismos autônomos e livres, defendendo os interesses e coordenando as reivindicações de seus membros e de toda sua classe. (CNBB, 1980, p.13)

Os trabalhadores rurais, habituados com as relações de submissão e violência predominantes no sertão cearense, encontraram na religiosidade uma alternativa organizacional que os uniram para além do campo espiritual e que pôde articular a identidade do homem em torno de um projeto político, social, econômico e religioso. Segundo Leonardo Boff:

Os pobres organizados e conscientes batem as portas dos seus patrões e exigem vida, pão, liberdade e dignidade. Começam ações que visam libertar a liberdade cativa; emerge a libertação como estratégia dos próprios pobres que confiam em si mesmos e em seus instrumentos de luta como os sindicatos independentes, organizações camponesas, associação de bairros, grupos de ação e reflexão, partidos populares, comunidades eclesiais de base. (BOFF, 1986, p.17)

Diante disso, o Ceará contou com um número considerável de CEB's distribuídas nas nove dioceses com o compromisso de construir mutirões solidários para estabelecer novas relações de trabalho e a luta constante pela reforma agrária ou por moradia nos espaços urbanos.

1.1 A FUNDAÇÃO DA AGREMIÇÃO CEARENSE

Destacamos a construção do Partido dos Trabalhadores em dois campos importantes. Primeiro no campo das ideias, onde se deu uma tentativa de legitimar essa agremiação como uma alternativa político-partidária. Segundo, a atuação de agentes sociais no campo político por meio dos movimentos sociais em conflito com o ordenamento capitalista.

Destacamos o combate no campo das ideias por meio de publicações de intelectuais sobre a fundação do PT. É possível encontrar no jornal *O Povo* algumas tentativas de deslegitimação desse partido como representante da classe trabalhadora. Encontramos a oposição do deputado Aurélio Peres, do clandestino PCdoB e filiado ao MDB-SP, quando visitou o Ceará por ocasião do XIV Congresso Nacional dos Médicos Residentes para falar sobre anistia, constituinte e sindicalismo. Ele teceu críticas a construção do PT quando afirmou em entrevista ao jornal *O Povo* (25 de julho de 1979a, p.2): “a organização de um partido dos trabalhadores incorre no risco de sair um partido muito estreito e de não conseguir tornar-se um partido de base, correndo assim o risco de ser aniquilado”, o deputado prossegue ao longo da entrevista, “por isso continuo defendendo uma agremiação mais ampla que o PT, por que parece que a grande luta hoje é a luta pelas liberdades democráticas”.

Auto Filho, como membro do diretório do PT, não permitiu que tais palavras passassem pelo jornal sem o devido diálogo e defesa do Partido dos Trabalhadores. Ele respondeu tais questionamentos com uma certa ironia socrática, ou seja, respondeu com perguntas sobre o que havia sido afirmado por Aurélio Peres, mas delimitando a fala desse e o refutando.

O que é partido estreito? É não ter um programa eclético onde os interesses dos trabalhadores são sufocados pelos interesses dos patrões (nos programas escondidos sob o eufemismo “economia nacional”), e suas reivindicações políticas são subornadas as conveniências parlamentares? Ou estreito será um partido que representa um número pequeno de indivíduos? Neste último caso, o Partido dos Trabalhadores representaria 30 por cento da população do país classificada pelo IBGE como “classe pobre” e mais 50 por cento da classe “mais pobre”. (O POVO, 5 de agosto de 1979b, p.24)

Quanto à afirmação do comunista sobre as liberdades democráticas, Auto filho afirmou, no mesmo texto, que tal assertiva apenas confirmava a capitulação de Aurélio Perez pelo sistema. E prosseguiu com perguntas como resposta:

Que tipo de democracia se quer? Democracia para as elites, no estilo da democracia parlamentar antes vigente? Ou a democracia das massas, com os órgãos de poder democratizados como a gestão das empresas públicas feita pelos próprios trabalhadores com dirigentes democraticamente eleitos? Se a opção é essa última, a única força social capaz de promover e dirigir uma luta vitoriosa é a classe trabalhadora. [...] O PT é uma esperança nessa caminhada. (O POVO, 5 de agosto de 1979b, p.24)

Ainda em resposta a Aurélio Peres sobre as liberdades democráticas, Auto filho fez um levantamento histórico e afirmou, no mesmo texto, que no intervalo democrático de 1945-1964 não houveram mudanças socioeconômicas e políticas significativas para a classe trabalhadora, pois o sindicalismo continuou controlado pelo estado, o ensino superior, a cultura e os veículos de comunicação não foram democratizados e a medicina, a habitação, as empresas de serviços sociais e lazer continuaram como entidades privadas. Então, o professor José Ferreira de Alencar que era militante do “partidão” (Partido Comunista Brasileiro) e não tinha nada haver, diretamente, com o embate em discussão tratou de desconstruir a fala de Auto Filho em outra edição do jornal. Como já afirmamos anteriormente, a intensão seria deslegitimar a construção do PT e, para isso, os Partidos Comunistas tentaram imensamente.

O professor José Ferreira de Alencar ao Jornal afirmou ao O Povo “não é justo analisar os processos históricos como interregnos” de mais liberdade, mais democracia”. Justificando que em fins dos anos 1970 houve a expansão da indústria ao mesmo que tempo que o salário real dos trabalhadores havia decrescido. Ele prossegue afirmando que o

verdadeiro partido da classe operaria já existia. Que esse já havia sido criado sob a grande influência da revolução de socialista de outubro. (O POVO, 23 de setembro de 1979c, p.24)

Auto filho respondeu ao comunista em outra edição do jornal O Povo (1 de outubro de 1980d, p.10), esse método de retirar do seu contexto natural uma frase para lhe dar outro sentido é uma tática dos velhos escribas stalinistas (a que eu pensava estava fora de moda). Ele respondeu que não houveram mudanças significativas durante a primeira democracia, não afirmou que a história está permeada de “interregnos” de “mais democracia”. Lê-se em outra Edição do jornal:

Há outro argumento, embora implícito, para justificar a posição do professor Alencar a ideia do PT. É quando diz que o “verdadeiro partido da classe operária já existe”. [...] Qual é mesmo o “verdadeiro” partido da classe operária? Prestes diz que é o PCB. João Amazonas, outro antigo militante, diz que é o PCdoB. Dois terços dos 286 dirigentes sindicais que participaram do Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais, em Niterói, apoiaram a ideia do PT. [...]. Seria o professor Alencar o oráculo dos Delfos da esquerda brasileira? [...] Por trás dessa afirmação arrogante de quem é “verdadeiro” ou quem é “falso” há uma evidente dificuldade teórica. Consiste na ideia do “partido único”. Tal ideia é oposta à visão marxista. (O Povo, 2 de outubro de 1979e, p.20):

Os comunistas entendiam que o PT dividiria a esquerda e sua fundação prejudicaria o processo de abertura da ditadura para a democracia. Sobre o PCB, vale notar que acritica ao PT fundamentava-se na perspectiva de que os comunistas eram os legítimos representantes dos trabalhadores. Porém Auto filho tratou de responder as críticas e buscou dar legitimidade a nova agremiação.

Quanto à atuação de agentes sociais no campo político por meio dos movimentos sociais em conflito com o ordenamento capitalista. Notamos que as primeiras manifestações pela fundação do Partido dos Trabalhadores no Ceará, ocorreram com atuação expressiva dos movimentos dos trabalhadores rurais. A grande penetração dos militantes, nesses movimentos, ocorreu pela motivação religiosa, através da organização popular em associações, sindicatos, nas CEB's. Torna-se mesmo difícil mapear os limites da influência da Igreja, sindicatos e do PT nos movimentos do campo cearense na década de 1980, uma vez que há a confluência desses segmentos na organização da sociedade civil contra o regime militar e pela organização dos trabalhadores. A maior expressão da face rural do PT foi confirmada na primeira disputa eleitoral em 1982, quando o candidato a deputado estadual

mais votado do PT, com 3.277 votos, foi o advogado Antônio Pinheiro, militante ativo do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

O jornal *Movimento* publicou notícia sobre a atuação de Antônio Pinheiro em 1980 e a luta no mundo do trabalho rural.

O patrão sempre recebeu 50% da produção, mas agora os lavradores querem pagar somente os 10% previstos no estatuto da terra, lei 4.504, que existe a 15 anos, mas que nunca foi cumprida em nenhuma região do país. [...] Os 27 lavradores estão acompanhados de suas famílias, saíram as 17 horas do dia 25 da terra em que trabalham em direção a Quixadá na madrugada do dia 26. Além do advogado Antônio Pinheiro, os lavradores estavam assistidos por três outros advogados. (MOVIMENTO, 3 a 9 de agosto de 1980, p.4)

As lideranças que estiveram à frente da organização do PT participaram dos intensos debates sobre a questão agrária no Ceará, esse foi o grande sustentáculo de campanhas e de atuação, pois a contestação dos trabalhadores girava em torno de três eixos: primeiro, sobre a aplicação do Estatuto da Terra que regulamentava as relações de trabalho e ocupação fundiária, a respeito do pagamento da “renda” e da indenização de parceiros expulsos pelos proprietários. Segundo, a maneira que eram aplicados os Planos de Emergência, principalmente entre as secas de 1979 e 1983, fato que incluía as invasões e saques pelos trabalhadores do campo e, por fim, os conflitos pela terra que gerou um amplo debate sobre a reforma agrária nos anos 1980.

Segundo Cesar Barreira (2008, p.101), houve dois fatores primordiais para o rearranjo na política cearense até meados da década de 1980. Primeiro, as mudanças nas relações de trabalho rural, alterando o sistema de lealdade e dependência. Segundo, o novo lugar que a política passou a ocupar entre as elites empresariais.

O primeiro fator foi o avanço da pecuária que exigiu menos mão de obra do que a cultura do algodão. Segundo o IBGE, o número de cabeças de gado bovino em 1970 correspondia a 1.713.110, em 1980 a produção cresceu para 2.353.890 cabeças.

TABELA I

Tabela 281 - Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo - série histórica (1970/2006)				
Variável - Efetivo de animais (Cabeças)				
Unidade da Federação - Ceará				
Espécie de efetivo - Bovinos				
Ano				
1970	1975	1980	1985	2006
1.713.110	1.949.230	2.353.890	2.475.423	2.162.843
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário				

Segundo documento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), referentes a 1986, definiu que a cultura do algodão em Quixadá, uma das cidades mais importantes na cultura do algodão do Sertão Central, possuía uma área de algodão arbóreo respectivamente de 11.000 ha, produzindo cerca de 90 kg/ha. Com a praga do bicudo, a área destinada a colheita sofreu a redução para 2.000 ha, produzindo apenas 40 kg/ha. Então, a produção esperada que seria de 990 t de algodão, foi drasticamente reduzida a 80 t, um prejuízo de 92% da produção municipal. Já o algodão herbáceo, cuja estimativa de produção correspondia a uma área de 25.000 ha, produzindo cerca de 300kg/ha, teve a área de colheita reduzida para 12.000 ha com uma produtividade de 150 kg/ha. A produção que seria esperada de 7.500 t de algodão foi reduzida para 1800 t, um prejuízo de aproximadamente 76% da produção total. Uma crise devastadora que alterou as relações no mundo do trabalho, tal processo veio ocorrendo ao longo da segunda metade do século XX (NOBRE, G. 2012, p. 28).

O avanço da criação de gado impulsionou os trabalhadores das fazendas que produziam algodão para os centros urbanos, reduzindo a quantidade de moradores e parceiros dos líderes políticos. Para Cesar Barreira (2008, p. 102), esse fato tornou extinto o “morador de favor”, um elemento primordial do domínio político dos grandes proprietários de terras. Isso possibilitou aos proprietários a contratação de trabalhadores pertencentes aos domínios de outras localidades, alterando o trabalho do morador para a contratação de trabalhadores sazonais, ou seja, trabalhadores de outros domínios que eram contratados apenas para preparar a terra, semear, colher ou qualquer atividade que levasse o trabalhador a se deslocar

apenas para exercer uma atividade específica, assim como, também, passou-se a contratar os diaristas.

Com o êxodo rural, o trabalhador passou a ter o livre-arbítrio para votar através da ideologia que se identificasse ou por quem melhor barganhasse seu voto. Isso fragilizou as antigas relações de trabalho no campo. Nas eleições de 1982, os discursos políticos já englobavam os elementos da sindicalização, da organização de categorias de trabalho através de associações ou qualquer forma que os trabalhadores pudessem ser representados, uma mudança que reflete bem o aspecto qualitativo da política cearense.

O segundo elemento que reordenou as relações políticas foi a organização de um segmento dos empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC) no campo político, defensores de uma “nova política” baseada nos princípios do racionalismo e competência empresarial. Uma elite representada por jovens empresários de famílias tradicionais. A “modernização conservadora” tornou possível a expansão do parque industrial cearense, posicionando melhor “o Ceará no ranking industrial da região Nordeste. Fortaleza não se tornou uma ‘cidade de chaminés’, mas graças, principalmente, as indústrias têxteis e de confecções, ocorreu um aumento expressivo no mercado de trabalho local” (BARREIRA, C., 2008, p.103).

Nesse contexto de crise econômica, no início dos anos 1980, os católicos progressistas ocuparam uma lacuna deixada pela esquerda reprimida nos anos 1970. Para Lincoln Secco (2015, p. 51), os lugares onde o novo sindicalismo não desempenhou um papel importante na fundação, os grupos minoritários tiveram uma importância muito maior na construção do Partido dos Trabalhadores no Brasil. No Nordeste houve um acentuado cruzamento entre a religiosidade, segundo o viés anticapitalista, e a esquerda política nos movimentos populares. O partido, naquele momento, não possuía uma unidade bem definida, portanto é importante destacar que a composição política do PT no Ceará tem semelhanças com os demais estados, porém, com suas particularidades. Os trotskistas foram fundamentais para o partido, mas a agremiação cearense estribava-se em dois apoios, primeiro, alguns Sindicatos dos Trabalhadores rurais que simpatizavam com a proposta de um partido para os trabalhadores e, segundo, as Comunidades Eclesiais de Base.

Destacamos aqui dois principais flancos teóricos que coincidiram seus campos de atuação com relação ao situar o povo enquanto sujeito central no cenário político durante o regime militar e que, posteriormente, parte significativa contribuiu para formação do PT-CE, onde esses domínios deram vida ao Partido dos Trabalhadores. São eles: primeiro, a religião,

onde os católicos progressistas foram primordiais e, segundo, a esquerda política acomodada nos segmentos da sociedade civil organizada (Sindicatos, movimentos por habitação, partidos de esquerda, movimento estudantil etc.).

No Ceará, a esquerda liderou significativamente a oposição ao regime militar, parte desses grupos, assim como ocorria em todo o país, uniram-se ao MDB na segunda metade da década de 1970. Alguns grupos que resignificaram suas práticas políticas optaram por engrossar a oposição à ditadura pela via legal e partidária, assim como “já fazia o PCB: esse foi o caso do PCdoB, após 1974, e do MR-8, no final daquela década. A entrada desses grupos no partido de oposição, fez parte de um projeto maior da sua liderança para ampliar a base eleitoral emedebista” (ANGELO, 2007, p.43), onde o partido exigia que os grupos seguissem sua linha partidária.

A Convergência Socialista (CS) chegou a declarar-se uma “tendência no interior do MDB” (KINZO, 1980, p.217) e que a luta seria por formar quadros que possibilitassem a juventude escolher, eleitoralmente, os socialistas. No Rio Grande do Sul, uma ala jovem buscou reunir operários, estudantes e intelectuais em torno da “Tendência Socialista” no interior do MDB, como forma de aglutinar forças em oposição ao regime. Os membros da organização do jornal *Em tempo*, jornal da Democracia Socialista (DS), defenderam a passagem tática por esse partido, deixando claro que sua posição seria de crítica a direção interna, sem desconhecer a necessidade de fazer alianças e acordos contra os militares. Essa avaliação está presente no seguinte trecho:

O que está presente nessa proposta é a necessidade de que a hegemonia da luta contra a ditadura seja das classes operárias, que a luta contra a ditadura seja também a preparação para a transformação social, que a derrubada da ditadura se faça contemplando os interesses históricos da classe operária, que para nós passa também pela construção de um partido socialista legal. (EM TEMPO, 28 de dezembro de 1978, p.6)

Quando o MDB conquistou maior espaço eleitoral, a partir de 1974, os grupos de esquerda, movimentos estudantis e as tendências mais à esquerda, como a “Tendência Socialista” e a “Tendência Popular”, acabaram forçando o conjunto do partido a uma postura mais progressista frente as lutas do movimento popular. Em São Paulo, parte expressiva do

MDB contribuiu significativamente para a construção do PT, como a Irmã Passoni e Eduardo Suplicy:

A ala interna *Tendência Popular* no MDB fazia parte do grupo neoautêntico, emergido em 1975 no partido e que definia-se como segmento de uma das grandes clivagens do MDB, dividido em moderados e radicais. Com um trabalho voltado fundamentalmente para os movimentos populares urbanos, e ligados às mobilizações dos sindicalistas durante a crise política do ABC, afirma-se que o ingresso desses parlamentares no PT deveu-se à definição mais estreita deste partido com seu trabalho. Segundo os próprios parlamentares, em declarações obtidas em jornais, a reforma partidária permitiu sua saída do MDB em direção a um espaço vinculado exclusivamente à sua linha política de atuação. (MENEGUELLO, 1989, p.60)

Para Iranildo Pinheiro, pertencente a Tendência Popular em 1980, havia um anseio para que membros dessa tendência unissem forças com PT ou PDT, pois a defesa das causas populares era um objeto de desejo comum para tais agremiações que deveriam contribuir para a organização popular com propósito do povo assumir “um nível de consciência política capaz de comandar o seu destino e o processo de transformação política, econômico e social de modo que desaparecesse os graves e desumanos desequilíbrios sociais. (O POVO, 28 de janeiro de 1980f, p.2).

O entrevistado não pertencia aos agrupamentos de esquerda, mas é importante notar que o MDB, por englobar segmentos de esquerda, assumiu parte desse discurso, onde os movimentos populares deviam ser fortalecidos, assim como a tomada de consciência política por parte da população.

Em 2014, Iranildo Pinheiro relatou a Érico Firmo do site do Jornal *O povo*:

A formação do MDB era de centro-direita. Tô falando aqui (Ceará). E abrimos o guarda-chuvas para esses grupos que viviam na clandestinidade, não podiam atuar organizadamente. Estava lá dentro a Maria Luiza, o PCdoB, o MR-8. Só gente para criar confusão” (O POVO, 24 de abril de 2014g).

Apesar dos acordos com os políticos do regime, realizados pelos “moderados”, o MDB teve importância relativa para o PT no Ceará, com presença do grupo de Maria Luiza Fontenele, militante do então clandestino PCdoB, além de lideranças importantes dos movimentos católicos, como Antônio Amorim. Fontenele iniciou sua formação política nos movimentos organizados pela Igreja, como a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), e, posteriormente, participou da criação do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (MFPA), da União das Mulheres Cearenses (UMC), cujo objetivo era denunciar situações de violência contra mulher, e do Movimento em Defesa dos Favelados. Foi, nos movimentos por moradia, em 1979, que sua liderança adquiriu relevância política por meio das denúncias de expulsão de favelados, de críticas à especulação imobiliária, e, sobretudo, por defender os moradores da favela do José Bastos, em Fortaleza. Essa atuação dentro do movimento popular solidificou sua base de apoio, refletindo nas eleições para o parlamento estadual, em 1982, e à prefeitura em 1985, quando foi eleita prefeita de Fortaleza, sendo a primeira capital do Brasil a ser administrada pelo PT.

Também Fontenele foi uma das principais articuladoras do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), articulado em 1976, contando no ato inaugural com a presença da presidente do movimento, Terezinha Zerbini, sendo o terceiro do Brasil. No mesmo ano foi lançado, no Ceará, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), contribuindo com o MFPA pela libertação dos presos políticos e pelo retorno dos exilados.

A Anistia que queremos: o Comitê Brasileiro Pela Anistia, secção do Ceará foi fundado no dia 10 de março último com o objetivo máximo de lutar por uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Esse propósito se incorpora a todos os outros que clamam por liberdades democráticas e pela total libertação econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira. A luta em prol de uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita vem gradativamente ganhando terreno em nossa sociedade. A partir de 1975 ela começou a tomar vulto com a fundação dos Movimentos Femininos Pela Anistia, em 1977, essa luta se amplia através das mobilizações estudantis, e finalmente, em 1978 essa ganha amplitude com a ascensão e fortalecimento das lutas populares e com os diversos Comitês Brasileiros Pela Anistia (JORNAL MUTIRÃO, março de 1979, p.3)

Em 1979, a anistia beneficiou presos políticos, fortalecendo o movimento pelo fim da ditadura, adquirindo um simbolismo muito forte, como uma luta fundamental dos setores

progressistas da sociedade brasileira. Por isso, o MFPA buscou o apoio de amplos segmentos da sociedade.

A luta pela anistia, assim como pela integração da maioria de nossa gente no desenvolvimento socioeconômico, dele impedida de participar pelas doenças endêmicas, desnutrição, e diversas realidades geradas pela distribuição inigualitária da renda nacional, é uma bandeira nossa.

O Centro Médico Cearense sem filiar-se com estruturas partidárias, ao patrocinar essa exposição, compromete-se com o princípio e a luta pela anistia uma das fórmulas a ser adotadas para bem-estar completo do brasileiro. (CONVITE DE ATIVIDADE DO CENTRO MÉDICO CEARENSE, [197-])

O trecho é referente ao convite da “Exposição Pró-Anistia”, cujo ato simboliza a conquista do apoio de um segmento social com grande notoriedade a causa do MFPA, o Centro Médico Cearense, ou seja, parte da classe média, insatisfeita com o regime de exceção.

Entre os artistas, destacamos a leitura poética do cordel:

A Anistia é exigida
 Por intelectuais
 Sindicatos e operários
 Estudantes e liberais
 Políticos e professores
 Jovens, senhoras e senhores
 Militantes e outros mais. (NOBRE, 1978, p.02)
 (...)
 Vou explicar esta sigla
 Deste trabalho divino
 O M. é Movimento
 O F. é Feminino
 O P.A. é Pela Anistia

Desejo-lhe a sabedoria

Do Santo Jesus Menino. (NOBRE, 1978, p. 13)

O folheto, em sua amplitude, engloba uma série de princípios que faziam parte do MFPA, reivindicando a conscientização popular e a imagem dos presos políticos, que estavam presos, apenas, por discordarem do governo. Por isso, o cordel foi denunciante das ações do governo militar ao gastar dinheiro público para perseguir opositores.

No intuito de explicar o significado do MFPA, o autor descreve o sentido das siglas transitando entre o sentido estrito e a evocação transcendental do divino sob o MFPA, tanto em “Deste trabalho divino”, quanto em “Desejo-lhe sabedoria/Do Santo Menino Jesus”. Há o entrecruzamento do discurso religioso com o político.

No Ceará, a luta pela anistia foi encabeçada pelo movimento das mulheres, trazendo para o centro dos debates políticos figuras que até então eram esposas, mães, donas de casa que passaram a lutar pela anistia. Segundo Francisco Auto Filho, importante liderança dos anos 1970:

A presença das mulheres é uma tradição dos movimentos de anistia do Brasil. As mulheres desenvolveram um papel importantíssimo e, no caso do Ceará, muito mais. O movimento era realmente feminino pela anistia. Tivemos alguns companheiros que realmente se dedicaram, mas esse foi um movimento essencialmente de mulheres [...] os mais graves problemas que nós enfrentamos na prisão eram resolvidos, quase sempre, quando resolvidos, por causa da intervenção do movimento da anistia. É realmente o papel das mulheres; sejam as filhas, as esposas, as mães e as irmãs dos presos, mas, principalmente sejam aquelas mulheres extraordinárias que fizeram aqui no Ceará o Movimento Feminino Pela Anistia-MFPA. (VASCONCELOS, 1997, p.18)

Segundo Vasconcelos (1997), esse movimento teve um caráter mais global no Ceará por conta da participação de outros movimentos sociais urbanos e rurais. Sua luta não era apenas pela libertação de presos políticos, mas de contestação do capitalismo e do regime militar. Uma das principais referências desse movimento foi a presença do núcleo politizado de militantes do PC do B como Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele.

Em 1978, Maria Luiza Fontenele foi eleita deputada com a ajuda dos movimentos de esquerda, o grande sustentáculo de sua vitória foi o movimento feminino, sobretudo o movimento pela anistia, aliado, evidentemente, as lutas pela melhor qualidade de vida.

Com a anistia, dois personagens foram fundamentais para a construção do Partido dos Trabalhadores no Ceará, Francisco Auto Filho e Gilvan Rocha. Em entrevista concedida a Olinda (1991, p. 46), Auto Filho afirmou que estava preso em 1978, quando o MDB lançou a candidatura do General Eudes Bentes Monteiro, apoiado por parte da esquerda. Dentro da prisão chegou às mãos de Auto Filho um jornal baiano que entrevistou um dirigente sindical, Lula, criticando a atuação dos padres na política, o movimento estudantil e posicionando-se a favor de uma “frente dos trabalhadores”.

Segundo Auto Filho:

Eu estava preso nessa época e uns amigos que junto comigo fizeram alguma atividade política foram na cadeia e me levaram o recorte do jornal. Eu disse: isto é um partido operário, esse cara está propondo um partido operário e não tem plena consciência. Logo eu saí da cadeia, cumpri a pena e meu sindicato, o sindicato dos jornalistas, numa homenagem a mim, me elegeu delegado a um congresso de jornalistas em São Paulo. Eu fui lá e levei o recorde no bolso. [...] fui levado a São Bernardo pelo jornalista Jair Borim. Lá mantive contato com Lula: Lula, vim lhe chamar aqui para fazer um debate lá no Ceará sobre esse assunto aqui, você está defendendo a “frente dos trabalhadores” e para nós isso é um partido político. (OLINDA, 1991, p.47)

Em outubro de 1978, Lula viajou para o Ceará a convite do Sindicato dos Jornalistas. No auditório da Associação Cearense de Imprensa, Lula discursou sobre a necessidade de um partido para os trabalhadores. A partir desse momento, Auto Filho, José Weber da Costa (presidente do Sindicato dos Petroleiros) e Francisco Nunes (presidente do Sindicato dos Têxteis de Maranguape e vereador pelo PDS) começaram a articular um movimento sindical com base no “novo sindicalismo”. No dia primeiro de maio de 1979, por ocasião do dia do trabalhador, o movimento sindical realizou uma comemoração no Teatro José de Alencar, onde esteve presente Jacó Bittar para a leitura da Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores. No mesmo dia, aconteceram outros eventos pela cidade, notadamente, o dia de

lazer no Sesi da Barra do Ceará oferecido pela Delegacia do Trabalho. Foi lançado no Teatro José de Alencar o movimento pró-PT no Ceará.

Os sindicalistas tiveram sua importância, principalmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas não é possível atribuir ao “novo sindicalismo” o sustentáculo de origem do partido dos trabalhadores. Keck (2010) certificou a existência de muitas histórias a serem contadas:

Ainda é preciso trabalhar muito sobre a relação do partido com a Igreja Católica e os movimentos sociais a ela vinculados, bem como sobre as diversas organizações de esquerda que decidiram trabalhar no interior do PT. Sobretudo, faltam estudos sobre o crescimento do partido fora de São Paulo, em especial durante a segunda metade dos anos 80, quando passou a ganhar adeptos em âmbito nacional. (KECK, 2010, p. 07-08)

O grupo político sob a liderança de Auto Filho era orientado por princípios trotskistas, cuja a tese central defendia o PT como um partido sem padrões:

Nossa tese era essa: o partido é o partido dos trabalhadores, é o partido operário, no sentido que o partido define o que é o trabalhador- todo aquele que para sobreviver é obrigado a vender continuamente sua força de trabalho em troca de um salário e que não pode acumular renda. Então, esses é que são os trabalhadores. Esse é que é o proletariado, é o operariado industrial. Isso está em Lênin, está em Marx, só os ignorantes é que não sabem. (OLINDA, 1991, p.49)

A maneira que Olinda descreveu nos deixa entender que essa tese excluía segmentos de trabalhadores liberais ou até mesmo intelectuais, mas provavelmente a assertiva enunciada por Auto Filho não seria de fato excludente, mas uma tentativa de evitar que o partido, em pouco tempo, se tornasse uma agremiação de classe média ou até mesmo das elites que tentariam entrar como caciques.

O trotskista Gilvan Rocha (2008, p. 165) fez dura crítica sobre o assunto e abordou isso como uma dicotomia entre trabalhadores de mãos grossas que seriam os trabalhadores autênticos e trabalhadores de mãos finas que seria a pequena burguesia letrada. Ele foi um dos

principais construtores do Partido dos Trabalhadores, um intelectual orgânico forjado pelas intensas lutas para construção do socialismo. Uma de suas ferramentas didáticas para a difusão do socialismo foi o cordel:

Mas tu precisas mudar
Virar brabo e ser valente
Afiar o teu machado
Trincar a faca nos dentes
Criar bando e batalhão
E gritar: viva a união
Da pobreza, minha gente! (ROCHA, 2008a, p.61)

Esse cordel foi usado, nos idos de 1962, durante sua passagem pelo Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), para conquistar o apoio dos trabalhadores rurais em Goiás. Ele havia entrado no PCB na adolescência e foi recrutado para o ultrassecreto dispositivo de guerrilha em Goiás. Com o apoio das Ligas Camponesas e do seu principal líder, Francisco Julião, o MRT foi fundado em abril de 1962, respaldado pelos cubanos. O movimento recrutou militantes para o treinamento armado em fazendas, usufruindo da experiência dos dispositivos das Ligas Camponesas.

Gilvan Rocha narrou como foi seu encontro com Carlos Montarroyos, um dos líderes da guerrilha:

No início de breve conversa, ele perguntou se eu havia falado do encontro com mais alguém ao que lhe respondi taxativamente que não. Feitos os esclarecimentos iniciais, por exemplo de que não se podia repassar as informações recebidas, ele falou: “os cubanos estão muito insatisfeitos com o velho PCB e se voltaram para Francisco Julião e as Ligas Camponesas. A partir disso, Julião tornou-se o homem de Cuba e ficou acordado que fossem montados alguns focos de guerrilha, no Brasil, espalhados por diversas regiões e que eles seriam acionados sob um só comando e, assim, iniciáramos o processo de guerra civil, pois o caminho da institucionalidade é uma fraude, uma armadilha para a nossa causa”. (ROCHA, 2008a, p.56)

A guerrilha foi facilmente debelada e ganhou ampla repercussão na imprensa, com a *Revista Cruzeiro*, de 22 de dezembro de 1962 cobrindo o episódio. O MRT foi o primeiro esboço de guerrilha no Brasil, mas que não teve a relevância almejada pelos seus líderes. Gilvan fugiu de Goiás após o desmantelamento da guerrilha e, em 1963, articulou em

Pernambuco e na Paraíba o grupo Vanguarda Leninista. Essa organização fez oposição ao governo de Miguel Arraes e passou a criticar o “reformismo” do PCB. A tentativa de organizar os combatentes para tomar de assalto o estado nos permite “conjecturar que provavelmente haveria uma guerra de guerrilha no Brasil mesmo se o golpe tivesse sido derrotado” (RIDENDI, 2007, p.26).

Enquanto articulava esse grupo, Gilvan Rocha conheceu e aderiu ao trotskismo. Após o golpe de 1964, com a repressão aos oposicionistas, o grupo foi apanhado no final de 1964. Vários membros foram presos e outros fugiram se tornando clandestinos em outros Estados. Gilvan Rocha, em 1965, chegou ao Ceará na condição de clandestino, porém deu continuidade ao seu trabalho de formação política e oposição ao regime. Em 1967, organizou e participou do Movimento Comunista Internacionalista (MCI), sob forte inspiração no trotskismo quando teve seu primeiro contato com Francisco Auto Filho.

Para Farias (2007, p. 150), o MCI não era a favor da luta armada, porém participou dos preparativos do assalto ao carro pagador do *London Bank* que foi a primeira ação de maior envergadura do PCBR no Estado. A coleta de informações sobre a rota do carro pagador e como seria o ataque ficou a cargo do PCBR. O carro recolhia o dinheiro arrecadado por grandes empresas, como Esso, Shell, Texaco, Atlantic e a cearense Norte Gás Butano, para ser depositado no Banco. A expropriação rendeu cerca de 98 mil cruzeiros, coube ao MCI 20%, o dinheiro teria por finalidade financiar a revolução.

Quando o MCI foi desmantelado pela repressão, em 1973, Gilvan Rocha fugiu para o exílio na Argentina e Portugal, retornando somente em 1979, com a lei da anistia, para participar da fundação do Partido dos Trabalhadores⁴. Ao retornar, Gilvan encontrou Auto Filho à frente da organização do Partido dos Trabalhadores.

Apesar de militarem juntos no MCI, a convivência de ambos no PT foi marcada pelo conflito de ideias. Mesmo com o embate sobre a percepção de construção do socialismo, Gilvan Rocha aglutinou forças importantes, como professores ligados a Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC), remanescentes da luta armada como Manuel Fonsêca e William Montenegro, alunos da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e pessoas ligadas ao Sindicato dos Sapateiros e Metalúrgicos.

Os alunos dessa universidade privada, pertencente ao grupo do empresário Edson Queiroz, como Valentim Normando, Paulo Mamede, Marco Aurélio, entre outros, lideraram uma greve amplamente divulgada pela imprensa em 1980, por conta de um aumento de

⁴ Gilvan Rocha publicou vários livros sobre sua atividade intelectual. Um dos mais representativos foi publicado sob o título de *Meio século de Caminhada Socialista* (2008), onde narra sua vida de militante político.

aproximadamente 60% das anuidades dos alunos. Após uma reunião com o Dom Aloísio Lorscheider, os alunos iniciaram uma greve de fome na catedral metropolitana, depois de quase dois meses de paralisação das atividades.

O jornal *Movimento* demonstrou uma postura crítica à intransigência do empresário Edson Queiroz:

Agora eles resolveram adotar um recurso extremo, depois de ouvir o Sr. Edson Queiroz- “proprietário” da Fundação- a afirmação de que eles poderiam ficar em greve até três anos e não ganhariam nada: desde a meia noite de quarta-feira seis estudantes entraram em greve de fome na catedral de Fortaleza se alimentando apenas de água, açúcar mascavo e sal. (MOVIMENTO, 05 a 11 de maio de 1980d, p.8)

O Cardeal Dom Aloísio Lorscheider contribuiu para a organização da greve dos estudantes, inclusive com a estrutura física da Igreja. O jornal *O Povo* acompanhou em suas notícias o caso, muitas vezes não atacando diretamente o bispo ou os estudantes, mas cedendo espaço para a crítica conservadora. Observamos isso com a fala do Cardeal Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer:

As greves iniciadas sem entendimento preliminares “caracterizam uma técnica de agitação da conhecida teoria marxista de luta feroz e programática de classes (...) a doutrina cristã, desde Rerum Novarum, sustenta o pacífico entendimento como melhor solução para os conflitos no setor do trabalho, mas que os sindicatos e entidades classistas, influenciado ou dirigido por esquerdistas, não aceitam essa medida por que contraria frontalmente seus princípios de luta acirrada e incondicional a serviço de seus planos de subversão dos regimes livres e da implantação da ditadura do proletariado (O POVO, 05 de maio de 1980h, p.4)

Além dos estudantes da UNIFOR, uma série de movimentos organizados da sociedade civil somaram forças em solidariedade como o Diretório Central dos Estudantes da UFC, a Associação dos Sociólogos do Ceará, a deputada estadual Maria Luiza Fontenele e a União das Mulheres Cearenses, Comitê Brasileiro pela Anistia-Ceará, Associação dos Profissionais de Educação do Ceará, União das Comunidades da Grande Fortaleza, além da presença do

então secretário da União Nacional dos Estudantes (UNE), Aldo Rabelo, durante a paralisação das atividades da UFC em solidariedade a greve dos alunos da UNIFOR. A princípio, a greve era apenas pela redução das anuidades, porém, no desenrolar dos fatos se tornou um amplo movimento de contestação pela melhor qualidade da educação.

A greve dos alunos aconteceu num cenário de grave crise econômica, aglutinando forças para além do movimento estudantil, contribuindo decisivamente, para engrossar a militância do nascente Partido dos Trabalhadores, pois suas lideranças aproximaram-se do novo partido. A inflação, em 1980, chegou a atingir o alto índice de 110%, associado a uma das piores secas do estado do Ceará.

No dia do trabalhador desse mesmo ano, o jornal *O Povo* divulgou notícias da comemoração em algumas cidades do interior. Uma delas foi a marcha de treze mil trabalhadores rurais, pertencentes a dezesseis sindicatos da Região Jaguaribana, pelas ruas da cidade de Russas, “muitos cantando a música “Caminhando de Geraldo Vandré” (O POVO, 2 de maio de 1980i, p.14), em manifestação a favor de uma reforma agrária ampla com participação dos trabalhadores rurais. Em Fortaleza também se realizou um ato público no Teatro José de Alencar em comemoração ao dia do trabalhador, reunindo cerca de “20 sindicatos urbanos, cinco sindicatos rurais, 3 federações de trabalhadores e duas associações profissionais além de partidos de oposição, de vereadores, deputados e do senador Mauro Benevides-MDB” (O POVO, 2 de maio de 1980j, p.4).

Nesse evento, segundo o jornal *O povo*, os sindicalistas manifestaram solidariedade aos grevistas do ABC paulista enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Também defenderam a necessidade da independência sindical em relação a tutela do estado. Na plateia haviam cartazes com frases de efeito e bandeiras do PTB e PT. Ao final do evento, uma aluna da UNIFOR subiu ao palco e convidou a todos para visitarem os alunos em greve na Catedral de Fortaleza.

Os movimentos estudantis, não somente da UNIFOR, mas das demais universidades como UFC, UECE e a Faculdade de Filosofia do Crato, atualmente Universidade Regional do Cariri (URCA), foram primordiais para a solidificação do Partido dos Trabalhadores. Segundo Gilvan Rocha,

O PT se apresentava como o partido que se fazia necessário, por que além de cumprir sua tarefa partidária de educar e organizar as massas, ele cumpriria essas

tarefas num processo de ruptura tanto com o stalinismo, como com a ideologia burguesa e sua forma de fazer política” (ROCHA, 1997b, p.1).

Além dos grupos de Gilvan e Auto Filho, existiam os grupos de trotskistas com uma certa autonomia, inclusive, com imprensa própria. Como era o caso da Organização Socialista Internacionalista (OSI)⁵ e Convergência Socialista (CS). Ainda existiam os “igrejeiros” que se alinhavam com as orientações da direção nacional da “Articulação”, sendo que as CEB’s eram sua principal base de apoio. Pessoas como o advogado Antônio Pinheiro e líder camponês Antônio Amorim, ligados à Igreja, fortaleceram o partido. Além do senhor Joaquim Almeida e dos então estudantes de direito João Alfredo e Ilário Marques (eleitos deputados estaduais em 1986).

A análise de fundação do PT-CE é relevante por exemplificar a reorientação da esquerda, mas que também aglutinou outras forças, como dos progressistas católicos. A esquerda teve uma importância fundamental para a organização do partido, mas o projeto socialista, mesmo após a reorientação consolidada em fins dos anos 1970, não era homogênea entre as esquerdas.

O PT-CE possuiu uma face rural em seu nascimento. Encontramos perspectivas interessantes sobre a subjetivação que imprensa revelou sobre o nascente partido cearense, citando municípios cuja economia girava em torno, principalmente, de atividades do campo. Em março de 1980, no *Diário do Pernambuco*, uma pequena notícia demonstrava a articulação dos primeiros dirigentes do partido para solidificá-lo:

A reunião em Maranguape foi presidida pelo vice-presidente do sindicato dos têxteis, Francisco Nunes, que também é vereador. Duas outras manifestações foram programadas pelo partido para esta semana. A primeira em Quixadá, na zona central do estado, onde o PT recebe apoio do ex-prefeito José Baquit, e a segunda na favela da Lagoa do Coração, em Fortaleza. O coordenador do PT do estado, jornalista

⁵ A fusão de vários trotskistas deu origem a OSI em 1 de maio de 1978, ela editava o jornal “O Trabalho” e denominou sua tendência estudantil com o nome da chapa que concorreu ao Diretório Central dos Estudantes-DCE da Universidade de São Paulo, Liberdade e Luta-LIBELU. Após uma ampla discussão interna que resultou, inclusive no rompimento de alguns membros, na mudança tática de luta nos sindicatos, a OSI organizou-se para a defesa do sindicalismo não atrelado ao estado e contribuiu para a construção do Partido dos Trabalhadores. Em 1984, considerou que “sua principal tarefa era impulsionar e auxiliar a Articulação (tendência majoritária do PT que reunia principalmente os sindicalistas) na superação de suas insuficiências programáticas” (MARQUES, 2007, p.156). Em 1985, após seu VIII Congresso Nacional, aceitou a militância de membros da Articulação, em 1986 passou a se chamar de *O trabalho*.

Francisco Auto Filho disse que “se depender do Ceará, o partido será registrado em abril” (DIÁRIO DO PERNAMBUCO, 25 de março de 1980a, p.A3)

O jornal lançou uma visão otimista, nessa notícia, do encontro realizado em Maranguape. O *Jornal do Brasil* abordou o PT como um “fantasma” no cenário político nacional, uma visão que surpreendeu a todos pela sua aparição, um “susto para os outros partidos”. Um partido que não surgia dos gabinetes parlamentares:

Com 34 comissões nos 141 municípios do Ceará e três vereadores, “o PT cresce rapidamente mais rapidamente do que pensávamos”, garante o presidente regional, jornalista Auto Filho. O próprio governador Virgílio Távora tem comentado que o PMDB está perdendo terreno para o Partido dos Trabalhadores, principalmente nas áreas rurais. No município de Trairi, no litoral norte do Ceará, onde existem 82 CEB's, o PT deverá eleger, segundo seu presidente, a maioria da câmara de vereadores e o prefeito também. Em Crateús, no Oeste, onde a presença da Igreja - com o Bispo Dom Antônio Frágoso a frente - é muito acentuada, trava-se nesse momento um debate entre os setores oposicionistas: os movimentos dos trabalhadores rurais estão preferindo aliar-se ao PT, mas a cúpula das CEB's acha que o melhor caminho é o PMDB (JORNAL DO BRASIL. 22 de fevereiro de 1981a, p.4).

Nacionalmente o novo partido estava presente nas lutas do campo e das cidades. O estado do Ceará foi um dos primeiros a organizar seus diretórios, inclusive, o nome de Auto Filho consta na Comissão Diretora Nacional Provisória, em 13 de outubro de 1979, na reunião de lançamento do Movimento pelo PT, realizada no salão de festas do Restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo-SP.

Jacó Bittar *	SP	Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas
Arnóbio Silva	SP	Presidente do Sindicato dos Bananeiros da Região do Vale do Ribeira
Edson Khair	RJ	Deputado Federal pelo MDB carioca
Henos Amorina	SP	Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco
José Ibrahim	SP	Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco
Luiz Inácio da Silva (Lula)	SP	Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo
Manoel da Conceição	MA	Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim
Olívio Dutra	RS	Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre
Paulo Skromov	SP	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Couro e Luva de São Paulo
Wagner Benevides	MG	Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais
Ignácio Hernandez	MG	Metalúrgico (oposição sindical) de Belo Horizonte
Luiz Soares Dulci	MG	Presidente da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais
Francisco Auto	CE	Jornalista em Fortaleza
Firmo Trindade	RS	Economiário em Porto Alegre
Carlos Borges	RS	Gráfico em Porto Alegre
Godofredo Pinto	RJ	Diretor do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro
Sidney Lianza	RJ	Rio de Janeiro

Fonte: livreto Documentos Básicos do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, 13 de outubro de 1979.

Em 1980, houve um congresso que reuniu os movimentos pró-PT no Ceará. Em um Convento Carmelita, na periferia de Fortaleza, foi eleita a primeira comissão provisória. Encontramos uma Comissão provisória no TRE, porém, não há a certeza de que os membros dessa comissão foram os mesmos que estavam presentes na reunião do Convento Carmelita, porém ela contém os nomes dos principais personagens da fundação do PT-CE.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ			OBSERVAÇÕES
SERVIÇO JUDICIÁRIO			
REGISTRO DE DIRETÓRIOS			
PARTIDO	dos Trabalhadores		O P.C. formou em 27º número de membros do Dir. Regional e 9 suplentes (Res. 2798 e 3052/5/81).
MUNICÍPIO	Comissão Diretora Regional Provisional		
PROTOCOLO	PROCESSO	do ACORDADO	
N. 4143/6/81	N.	N. Ata DE 6, 7, 80	
MEMBROS			
Raimundo Gonzaga de Aguiar			Em texto protocolizado sob nº 5311/8/81 a Comissão Diretora Nacional Provisional do T.R.E. comunica a destituição da Comissão Diretora Regional do Ceará, em 31/7/81, considerando seus vários votos os seus atos prejudiciais a partir daquela data.
Francisco Nunes de Moura			
José Lopes de Macedo			
Manoel Dias da Fonseca Neto			
Gilvan Quiróz da Rocha			
Daniel Quintas dos Santos Colares			
Francisco Auto Filho			
Francisco Wilson de Montenegro Medeiros			
Lauro Alves de Sousa			

Fonte: Comissão Regional Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral – TER, 1980.

Na visão de Gilvan Rocha, existia a proposta de viabilizar a criação do PT, porém “fazia-se necessário arrancar a proposta do estreitismo (sic) que Auto Filho impunha, estabelecendo uma falsa dicotomia entre trabalhadores” (ROCHA, 2008a, p.165). A comissão tinha Auto Filho como presidente, Daniel Colares como tesoureiro ou secretário de finanças e Gilvan Rocha, como secretário geral.

Havia uma disputa interna pela hegemonia partidária e por quem exerceria influência pelo maior número de diretórios e núcleos. Os militantes católicos e os trotskistas eram grupos minoritários. O grande confronto estava entre a liderança de Gilvan Rocha e Auto Filho.

O embate chegou ao ápice quando se aproximou do processo de convenção para a escolha do diretório, revelando como os grupos agiam em não aceitar as divergências no campo da política. O conflito interno necessitou da intervenção do Diretório Nacional, que, seguindo as orientações do grupo majoritário do PT, sugeriu para que Auto Filho fizesse uma chapa única com Gilvan Rocha para a convenção. Mas, a tendência do segmento que hegemonizou a direção do partido nacionalmente seria de dar prioridade ao posicionamento de Gilvan Rocha. Em entrevista, Lula afirmou que o Partido dos Trabalhadores deveria ser “amplo, sem sectarismos e abrigará não apenas todos aqueles que não detêm os meios de produção, mas também os pequenos e médios proprietários da cidade e do campo” (JORNAL DO BRASIL, 19 de setembro de 1979b, p.7).

As recomendações do Diretório Nacional englobavam, mais precisamente, as proposições de Gilvan Rocha, onde se poderia aglutinar militantes da classe trabalhadora e média, ou seja, estudantes, profissionais liberais, funcionários públicos, etc. Auto Filho foi afastado da Comissão Executiva Provisória.

Com o desfecho desgastante e sob a hegemonia do grupo de Gilvan Rocha, a presidência do partido foi assumida por um líder comunitário do bairro Pirambu, de Fortaleza, ligado a pastoral operária, o senhor Joaquim de Almeida. A aliança entre os “igrejeiros” e o grupo de Gilvan possibilitou a criação de vários diretórios pelo interior do estado devido a atuação das CEBs.

José Maria Cabral Jefferson Bezerra Saraiva Manoel Cesar Alcântara João Francisco da Silva	José Bonaz Chagas Pedro Ferreira Lima Francisco Xavier Torres
---	---

Suplentes - João Alfredo Celles Meio, Pedro Laureano de Sousa, Manoel Ferreira da Silva, José Morais de Sousa, Severino José Pádua, Maria Goretti Gonçalves Reis, Cimarício Benjamin Cunha, José Francisco de Meneses e José Lúcio dos Santos.

Delegados - Gilvan Bezerra da Rocha e Sr. Willian Montenegro Medeiros

Suplentes - Omar Alves Filho e Maria Valda de Albuquerque

Comissão Executiva

Presidente - Joaquim Alves de Almeida

1.º Vice-Pres. - Antônio Alexandre Mota

2.º Vice-Pres. - Francisco de Assis Batista

Secret. Geral - Francisco Willian de Montenegro Medeiros

1.º Secretário - Manoel Lúcio da Fonseca Neto

2.º Secretário - Maria Valda de Albuquerque

Vogais - João Ferreira de Vasconcelos e Gilvan Bezerra da Rocha

Suplentes - Pedro Jorge Bezerra Ferreira Lima, Manoel Cesar Alcântara e Manoel Bezerra

Quanto de quanto

Fonte: Comissão Regional eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral – TER, 1980.

Nessa lista da Comissão Provisória encontrada no TRE, em 1981, Auto Filho não aparece entre as lideranças e o presidente do partido então era Joaquim de Almeida.

2. CONSTRUINDO A ALTERNATIVA POPULAR (1982-1985)

Nesse capítulo, situamos as principais dificuldades que acometeram a agremiação após as disputas internas nos primeiros anos de fundação. Chegado o período eleitoral em 1982, efetuou-se o momento de estruturação e consolidação do partido como um organismo ativo na política institucionalizada, embora o PT não fosse um partido voltado apenas para a disputa eleitoral.

Diante das disputas internas e as incertezas na esfera política, o partido enfrentou sua primeira prova eleitoral em 1982. Complicações de ordem financeira para sustentar sua campanha eleitoral, a obrigatoriedade do voto vinculado, com todos os candidatos na mesma legenda, a difusão do voto útil, além da campanha anticomunista e da resistência dos comunistas ancorados no interior do PMDB, tudo isso dificultava a expansão da proposta petista no seio do eleitorado cearense.

Gilvan Rocha comenta que, certa vez, Padre Haroldo, um importante líder para a esquerda cearense e que foi candidato pelo PT em 1986, afirmou que o “trabalho ‘petista’ era divisionista. Para ele, assim, como para muitos, devia toda esquerda estar nas fileiras do PMDB sob a direção democrático-burguesa de Ulisses Guimarães, Tancredo Neves e Franco Montoro...” (ROCHA, 2008a, p.166)

A polarização eleitoral entre candidatos do PDS e PMDB deu um aspecto simbólico de bipartidarismo para essas eleições. As forças do PDS giravam em torno da liderança dos “coronéis” Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora. Apesar de reconhecidos popularmente como “coronéis” em suas práticas políticas, principalmente no imaginário popular, eles não eram os tradicionais mandões e estavam submetidos ao centralismo político do regime militar.

Os “coronéis” da ditadura possuíam resquícios do antigo coronelismo, mas conceitualmente não se enquadravam como os tradicionais “coronéis”, nem mesmo nos modelos que tentam explicar o fenômeno do coronelismo. Dantas (1987, p.34) ao fazer uma abordagem macro sobre o fenômeno durante o regime militar afirmou que a burocracia pública associada ao capital internacional e as elites locais deram forma ao projeto político que fortaleceu a “modernização conservadora” pós-1964. Houve a expansão do papel do estado e sua maior intervenção nas relações sociais e na economia por mecanismos que reformaram o sistema financeiro, modificando o sistema fiscal e abrindo a economia brasileira

para o capital internacional. Tudo isso ocorria sob a centralização administrativa, fortalecendo o poder executivo com relação ao poder legislativo e judiciário, o primeiro muitas vezes assumindo a função dos dois últimos para desarticular a sociedade civil tanto pela via legal, através das leis, quanto pela violência, repressão.

Nesse contexto, o coronelismo resistia as mudanças conjunturais ocorridas na primeira metade do século XX. A “modernização conservadora” ofereceu condições para que os grandes proprietários rearticulassem suas formas de dominação para uma nova realidade. Primeiro, o controle do acesso aos serviços de saúde, aposentadoria e assistência creditícia beneficiou a manutenção política de parte dos coronéis que souberam articular-se em torno desses domínios. Paradoxalmente, o estado foi cerceando a capacidade de dominação dos chefes políticos nos municípios com uma maior fiscalização da administração dos municípios, por meio do Tribunal de Contas (DANTAS, 1987, p.34).

A partir desse momento é inviável utilizar o conceito de “coronel” para os políticos que ocuparam cargos no estado para reproduzir a dominação política, ainda que a figura simbólica do coronelismo permeasse a mentalidade coletiva das cidades do interior.

Como afirma Ibarê Dantas,

As massas rurais poderão continuar controladas por novas formas de clientelismo, mais adaptadas as formas de dominação capitalista, mas que já não caracterizam o coronelismo. Este, moribundo e sem perspectiva histórica, vive seus estertores, seu espaço vai sendo tomado pelo grande capital que invade o campo, articulando o latifúndio com os bancos e indústrias, explorando a força de trabalho com acentuada violência, gerando conflitos entre os trabalhadores e os prepostos dos proprietários, sejam eles gerentes, “gatos” ou capatazes. (DANTAS, 1987, p.36)

O avanço da industrialização e a expansão dos núcleos urbanos, na segunda metade do século XX, são resultados do desenvolvimento do capitalismo e de sua capacidade de readaptar-se frente as crises. Segundo Farias (2015, p.475), a industrialização no Ceará se tornou possível graças à intervenção do estado, aos investimentos e apoio técnico de instituições federais como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, além da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Tabela 1288 - População nos Censos Demográficos por situação do domicílio						
Unidade Territorial - Ceará						
Ano	Situação do domicílio x Variável					
	Total		Urbana		Rural	
	População (Pessoas)	População - percentual do total geral	População (Pessoas)	População - percentual do total geral	População (Pessoas)	População - percentual do total geral
1960	3.337.856	100,00	1.124.829	33,70	2.213.027	66,30
1970	4.491.590	100,00	1.811.202	40,32	2.680.388	59,68
1980	5.380.432	100,00	2.877.555	53,48	2.502.877	46,52
Fonte: IBGE - Censo Demográfico						

O êxodo rural foi consequência das crises do capitalismo na segunda metade do século XX. Como as crises do petróleo (1973 e 1979), dos juros externos (1982) ou, no caso cearense, a crise na agropecuária, sobretudo, da cotonicultura provocada pela concorrência internacional ou pela praga do bicudo (*Anthonomus grandis*). A seca, enquanto um “desastre” natural, também contribuiu para a constante fuga dos camponeses aos centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida, fato que ocasionou a expansão das periferias nos centros urbanos. Isso gerou um grave problema social, onde os flagelados saqueavam armazéns de alimentos.

As ações dos movimentos rurais no sertão cearense passam a ser politizadas, com invasões, motins, saques e ocupação de prédios públicos, manifestações organizadas pelos movimentos populares camponeses durante as estiagens (JORNAL DO BRASIL, 29 de julho de 1981c, p.8; JORNAL DO BRASIL, 17 de agosto 1983d, p.9; DIÁRIO DO PERNAMBUCO, 3 de março de 1982b, p.8). Alguns líderes dos movimentos organizados não aceitavam a palavra saque, mas resgate de alimentos (MOVIMENTO, 9 a 15 de março de 1981e, p.5).

O período de estiagem era a circunstância que o governo prestava assistencialismo, ao invés de promover um estado de bem-estar social através de políticas que garantissem a presença do homem no campo, a confrontação e adaptação à seca.

As secas de 1979 a 1983, em meio à grave crise econômica no Brasil, serviram para a consolidação do Partido dos Trabalhadores, tornando-o sujeito ativo no campo político e eleitoral. As denúncias sobre a indústria da seca foram importantes para construir subjetividades políticas em um contexto de manipulação das informações no interior por parte das lideranças políticas ligadas ao tradicionalismo. Uma dessas denúncias era a construção de açudes em propriedades privadas, utilizando a mão de obra dos flagelados, como foi registrado pelo jornal alternativo *Movimento*:

Este ano, ao invés das tradicionais frentes de trabalho para construção de estradas, o governo estadual, em acordo com a SUDENE, resolveu financiar açudes, tanques, bebedouros, poços fundos, desmatamento e destoca para pastagens e plantio, tudo em propriedades particulares. Os verdadeiros prejudicados pela seca, os camponeses sem terra receberão CR\$ 37,00 por dia de trabalho. E os grandes proprietários rurais, receberão polpudos financiamentos.

Os latifundiários que possuem mais de 500 hectares terão 50% do dinheiro de graça e outros 50% financiados a longo prazo, com carência, sem juros nem correção monetária. (MOVIMENTO, 16 a 22 de abril 1979, P.2)

O estado se constituía como a principal engrenagem do clientelismo entre o proprietário de terras, o trabalhador e governantes em um contexto que, para além do quadro de concentração de terras e o uso da máquina pública para beneficiar os proprietários, torna-se importante destacar que a emergência do caos social era o ápice das consequências provocadas pela seca.

Entretanto, o sindicato começava a desempenhar um papel relevante no questionamento dessas formas de dominação, provocando a “politização” dos camponeses e a reordenação das relações de poder. É nesse espaço que o PT ganha força no interior do Ceará, através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e do trabalho de setores progressistas da Igreja Católica por meio das pastorais e das CEB’s.

Em Tauá, a Igreja contribuiu significativamente para a formação do líder sindical Antônio Amorim. Sua participação na política partidária teve início em 1980, no PMDB. Como um político orientado pelos princípios cristãos da libertação, participou da direção do PMDB e contribuiu para os resultados eleitorais de 1982. Após essas eleições, em 1983, ocorreu seu ingresso no PT. A justificativa de sua saída foi a tomada do partido pelas elites da cidade, fazendo-o ingressar no PT (CARVALHO, 2009a, p. 130).

Percebe-se a politização do homem do campo e o esgotamento do autoritarismo, no início de 1980. O crescimento da industrialização, as secas, crises de produção no campo, os movimentos populares, acompanhado aos desequilíbrios políticos de todo o regime provocaram um panorama de insatisfação popular contra o governo.

Exemplo disso foi a manifestação dos trabalhadores com relação à desativação da frente de serviço da BR-020 e a expressiva intervenção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nas relações de trabalho, em 1981:

Em Tauá, outro município da região, o plano de emergência alistou apenas 1.400 lavradores. Ao lado disso, o governo desativou uma frente de serviço na BR-020, uma rodovia, prejudicando mil trabalhadores que estavam empregados. Um documento dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Parambu, divulgando ao

mesmo tempo que 1.500 lavradores realizavam uma caminhada até a prefeitura, no dia 28 de fevereiro, afirmava taxativamente que as realizações do governo nos dois primeiros anos de seca, ficaram “longe do suficiente” e que “as reivindicações do homem sofrido do campo não foram vistas com bons olhos pelo governo.

[...] Este trabalhador é sempre o sofrido, o explorado, o prejudicado, durante a manifestação foi entregue um abaixo assinado com duas mil assinaturas ao prefeito local, exigindo a reativação da frente de serviço desmobilizada”. Ao mesmo tempo, prometeram invadir, em breve, o comércio local para resgatar alimentos para as famílias, caso o governo prometa o atendimento de suas reivindicações (MOVIMENTO, 9 a 15 de março de 1981e, p.5).

Em grandes secas anteriores, como as de 1958 e 1970, “não havia agentes mediadores, esses agentes tiveram um papel importante nas secas de 1979-1983. Nessa ocasião ganham destaque os sindicatos rurais e a Igreja, por meio das CEB’s” (BARREIRA, C., 2008. p.77). Exatamente no período de efervescência dos movimentos sociais em todo o país, o Ceará possuiu essa face rural de resistência ao sistema que pôde intercalar a esquerda, segmentos da Igreja e os movimentos sociais.

Os atritos políticos não ocorriam apenas entre os movimentos de contestação, partidos de oposição e governo. Apesar de unidos ao projeto nacional de ditadura, os atritos entre os coronéis acentuaram-se com o pluripartidarismo, em 1979.

Para Parente (2007), a estratégia dos militares em dificultar o avanço eleitoral do MDB no Brasil, através do multipartidarismo, desmembrou a ARENA. No Ceará, cada “coronel” foi para um partido, com seu grupo político, em busca de manter sua sobrevivência política. Adauto Bezerra foi para o Partido da Frente Liberal (PFL), Virgílio para o Partido Democrata Social (PDS) e César Cals para o Partido Social Democrático (PSD), todos com pretensões políticas semelhantes. Adauto Bezerra foi governador em 1976 e Virgílio Távora, entre os anos de 1979 a 1982.

César Cals e Adauto Bezerra almejavam ocupar o cargo de governador nas eleições de 1982 e Virgílio Távora pretendia indicar alguém de sua confiança ao mesmo cargo, Aécio Borba. O impasse gerou uma crise política.

O *Movimento* caracterizou a crise entre os “coronéis” como um fator de fortalecimento do PMDB cearense, sendo que “este quadro de lutas internas, desunião do PDS e do crescente sentimento oposicionista, ganha muito espaço a candidatura do senador Mauro Benevides do

PMDB. (MOVIMENTO, 16 a 22 de novembro de 1981f, p.6). Porém, os “coronéis” articularam-se para manter seu domínio político e barrar o avanço das oposições.

Em alguns lugares, como no Rio de Janeiro, o PMDB cogitava uma aliança com o PT no sentido de unir forças contra a ditadura:

Nunca subestimamos nós o significado e a importância do PT. O PMDB defendeu e continuará a defender o pluralismo partidário exigido pela democracia e apoiará qualquer corrente da opinião pública no livre direito de se organizar como partido político independente. Mas, essa soberania não tolhe a possibilidade de dois ou mais partidos se unirem em torno de ideias comuns e de se coligarem para a disputa do poder, seja no nível municipal, estadual ou federal. (JORNAL DO PMDB, outubro de 1981, p. 14)

Porém, o aspecto de ruptura com a ordem presentes no PT, como um todo, esteve presente nos primeiros anos de existência e que o caráter de conciliação era muito forte entre os políticos da época:

No PT é grande a resistência a fusão ou qualquer proposta que beire a “união das oposições”, ainda que temporária e válida apenas para as eleições. “Em primeiro lugar é prematura para se definir qualquer proposta de união das oposições por que os casuísmos sequer estão definidos. E em segundo lugar somos contrários à proposta de fusão das oposições, independentemente dos casuísmos, por que o Partido dos Trabalhadores tem uma proposta nova com uma alternativa para a sociedade”. Diz Ivan Valente, um dos editores do Jornal O companheiro, que se alinha editorialmente a proposta do PT. (...) “O objetivo central dos casuísmos não são as eleições governamentais, mas sim a alteração do colégio eleitoral”, diz o deputado Marco Aurélio, líder do PT NA Assembleia Legislativa de São Paulo. (MOVIMENTO, 13 a 19 de julho de 1981g, p.3).

O PT cearense seguiu essa linha de ruptura, junto com os segmentos clandestinos mais à esquerda do PMDB cearense de então, como é o caso do grupo de Maria Luiza Fontenele durante os movimentos de *Diretas Já* e, posteriormente, quando de sua entrada no PT.

Em 1982, com a movimentação das oposições e os conflitos internos entre as elites políticas, os três “coronéis” reuniram-se com o então presidente João Baptista Figueiredo, para firmar o “Acordo de Brasília”, onde seria escolhido alguém para neutralizar a ascensão da oposição. No caso, foi indicado por Virgílio Távora o até professor da UFC, técnico do BNB e ex-secretário de Planejamento, Luiz Gonzaga da Fonsêca Mota (Gonzaga Mota ou Totó). Apresentava-se um candidato “distante dos interesses grupistas, por ser, antes de mais nada, um técnico e não um político” (FARIAS, 2017a, p. 509).

Como Virgílio Távora havia se afastado do mandato do poder executivo, o governador interino do Ceará, Manuel Castro, usou a máquina do estado para beneficiar o indicado: “conta-se que apenas em um dia, mais de treze mil funcionários públicos foram contratados – no total acabaram contratados mais de 16 mil” (FARIAS, 2017a, p.509).

Gonzaga Mota foi eleito governador sem muitas dificuldades, com fortes indícios do clientelismo praticado durante o período:

Uma conta inferniza a cabeça do governador Luiz Gonzaga Mota: o Ceará arrecada mensalmente 3 bilhões e 500 milhões de cruzeiros e gasta só com a folha de pagamentos 7 bilhões. Ele decidiu contratar funcionários apenas mediante concurso e, valendo-se da lei Etelvino Lins – que proíbe admissões seis meses antes das eleições – poderia limpar o quadro congestionado do funcionalismo. (JORNAL DO BRASIL, 16 de abril de 1983e, p.6).

A Igreja Católica se posicionou contra o clientelismo político nas eleições de 1982. Entretanto, optou por um envolvimento indireto, ficando restrita a ação de conscientização política dos eleitores, apesar de uma certa simpatia com a oposição. A Regional Nordeste I divulgou, em novembro de 1981, da *Cartilha de Educação Política*. Dom Aloísio Lorscheider demonstrou que o intuito era de “não manipular ninguém, proporcionando apenas os elementos necessários para que as pessoas possam se situar sem perplexidade, encontrando o caminho do bom engajamento político” (CNBB-REGIONAL NORDESTE I, 1981, p.2).

O *Jornal do Brasil* noticiou a cartilha como um documento que descreve os partidos em linguagem popular, tecendo comentários sobre os partidos de oposição e finalizando com o PDS (JORNAL DO BRASIL, 8 de janeiro de 1982f, p.7). A notícia descrevia o PT, PMDB,

PP, PDT e PTB, mas não levantou argumentos sobre o partido do governo. A cartilha não criticava diretamente o PDS, porém cesurava veementemente o clientelismo político.

Na discussão referente aos partidos políticos, o documento possui uma inclinação favorável para os partidos de oposição através do argumento de que “Jesus defendia o direito dos pequenos que não tinham nem voz, nem vez e era contra os grupos que estavam no poder e abusavam da autoridade para explorar o povo” (CNBB-REGIONAL NORDESTE I, 1981, p.20). Mas o documento não tomou nenhum partido como referência.

O caráter de conscientização política pode ser visto na distinção entre a política com “P” maiúsculo e “p” minúsculo. A política com “P” maiúsculo estava voltada para o bem comum, a coletividade, onde todos os cristãos deveriam interagir. A política com “p” minúsculo seria a partidária: “política partidária lembra parte, isto é, o povo se organiza em partes. O ideal é que todas as partes se juntem pela participação de todos na administração do bem comum” (REGIONAL NORDESTE I, 1981, p.41)

O documento fez uma retrospectiva histórica da estrutura partidária brasileira desde o Império (1822-1889), atravessando a República Velha (1889-1930) até o Estado Novo (1937-1945). No período que abrange o período da primeira democracia, a ênfase foi dada aos partidos políticos que tinham, na concepção desse documento, maior expressividade naquela conjuntura política, ou seja, Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN), concluindo que esses partidos foram criados de cima para baixo, sem a participação do povo. (REGIONAL NORDESTE I, 1981, p.14).

A mesma crítica foi direcionada a reestruturação partidária após o golpe militar e durante quase todo o regime, devido ao Ato Institucional nº 2, quando foi instituído o bipartidarismo, cujos partidos eram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida, que “foram criados pelo governo para dar uma aparência de democracia” (REGIONAL NORDESTE I, 1981, p.15). Também criticou o autoritarismo imposto pelo regime, como também, cabe a interpretação que, para as eleições de 1982, havia outras alternativas para além do PMDB e PDS.

Assim, a cartilha foi trançando uma abordagem linear do tempo e a história dos partidos até 1979, quando destacou a reforma partidária que deu origem ao pluripartidarismo com o PT, PDT, PMDB, PDS, PP, levantando argumentos sobre as orientações de cada, sugerindo que as pessoas estudassem seus programas partidários, assimilando com a prática

dos políticos. O texto usa a ferramenta didática das ilustrações, onde há pessoas dialogando, sendo denominado de “conversa do povo”. No diálogo são abordadas temáticas como a comercialização dos votos e o clientelismo eleitoral, ou seja, a troca de benefícios por votos. Através das ilustrações, o documento da Igreja abordou o problema central que estava presente naquelas eleições, o clientelismo. Inclusive, transcreveu os artigos da legislação eleitoral que classifica como crime e prescreve punições aos que abusam do poder econômico ou que usam dos “serviços da nação para comprar votos” (REGIONAL NORDESTE I, 1981, p.4).

Esse documento nos permite ver o aspecto da democracia das bases em que a legitimidade dos seus representantes seria constituída pelo contato direto entre o representante com a classe que o indicou. A cartilha aponta para a participação direta dos fiéis com a política institucional, legitimada pela condição de católico ligado à transformação social. Essa visão terá mais impacto nas eleições de 1986, inclusive com a maior participação dos católicos nas candidaturas e a vitória eleitoral de pessoas ligadas aos movimentos de base.

As CEB's discutiram essa cartilha por todo o estado. Apesar da Igreja não possuir nem candidatos, nem partidos oficiais, sua orientação era de oposição ao regime militar. Alguns segmentos da Igreja passaram a ter uma participação maior no PT de partir de 1982, chegando a apresentar uma chapa para a presidência do partido em 1984 e contribuir para eleger deputados em 1986.

Em 1982, nessa conjuntura eleitoral de crise, seca e movimentação política, a chapa do Partido dos Trabalhadores era composta pelo municipalista Américo Barreira para governador, o ex-preso político William Montenegro para o senado. O candidato ao governo do estado possuía uma longa trajetória no serviço público. Em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, ele foi nomeado prefeito (interventor) do município de Várzea Alegre-CE, no intuito de desmontar o “coronelismo”. Pertenceu ao PCB e foi eleito suplente de deputado. Após o golpe de 1964, boa parte das lideranças da esquerda, até mesmo das oposições moderadas, foram aprisionadas, dentre os quais estava o professor Américo Barreira, cassado pela Assembleia Legislativa da condição de suplência de deputado (JORNAL DO BRASIL, 20 de outubro de 1964g, p.1). Apesar de seu prestígio pessoal e profissional como professor e municipalista com ampla experiência, com muitos anos de militância política, o candidato petista ao governo do estado obteve apenas uma média aproximada de 5% de votos em todo o estado, 9.961 votos (ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1982, p.294). Na cidade do Crato que já tinha um diretório petista, dos 28.264 eleitores que votaram, apenas 123 votaram

em Américo Barreira. Em Barbalha, cidade com 11.679 votos registrados, apenas 5 votaram. (FREIRE, s/d, p. 19 e 42).

Gonzaga Mota (PDS) foi eleito com a quantidade de votos em todo o estado de 1.149.468 (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1982, p.294). O pacto entre os coronéis, selado em Brasília, reforçou o domínio das elites no governo e o resultado eleitoral revelou a amplitude do raio de influência dos “coronéis” principalmente no meio rural. No interior do estado havia a supremacia do PDS, onde esse partido atingiu 67,6% dos votos para governador, 57,3% para o senado, 79,6% para deputado federal e 73,5% para deputado estadual. O PMDB restringiu-se aos magros resultados percentuais de 13,1% para governador, 12,9% para senador, 11,8% para deputado federal e 12,4% para deputado estadual. Porém, em Fortaleza houve a predominância de votos para o PMDB, onde conquistou 58,4% dos votos para governador, 56,6% para senador, 53,6% para deputado federal e 53,5% para deputado estadual, enquanto os percentuais do PDS foram de 32,1% para governador, 32% para senador, 33,1% para deputado federal e 32,7% para deputado estadual. (CARVALHO, 2009b, p.112)

A capital cearense mostrou-se oposicionista, enquanto o domínio político do PDS baseava-se na zona rural. O Partido dos Trabalhadores encontrou muitas dificuldades para estruturar-se, porém, o PT se apresentava como uma necessidade, por que além de cumprir sua tarefa partidária de educar e organizar as massas, ele se colocava em oposição ao stalinismo e a ideologia burguesa com seu tradicionalismo político.

Assim, o partido não conseguiu eleger nenhum político no Ceará. Segundo Paulo Mamede, candidato a deputado estadual:

O PT não tinha estrutura para participar de uma eleição daquele porte. Lançar candidatos a vereador, deputado estadual, federal, senador e governador era barra. Mas o mundo é dos loucos. O PT lança chapa própria, “de cabo a rabo”. Américo Barreira era o governador, Manuel Fonseca o vice, William Montenegro o senador. Conseguimos ainda nomes para deputados estadual e federal, Gilvan foi candidato a deputado federal. Eu deputado estadual. O partido obteve cerca de 10 mil votos, não elegeu ninguém mas conseguimos o registro. O PT era um partido legal. (ROCHA, 1996c, p.14)

A presença do PT no movimento sindical de oposição foi um fator importante para caracterizar a face rural do partido. Já em 1982, o candidato a deputado estadual mais votado

dessa agremiação, com 3.277 votos, foi o advogado Antônio Pinheiro, militante ativo do movimento sindical dos trabalhadores rurais, apoiado por parte dos católicos progressistas.

Para Meneguello (1989, p.125), apesar do discurso inovador e do caráter extraparlamentar, os resultados eleitorais de 1982 mostraram que o PT foi um fenômeno limitado. A autora ressalta que o forte discurso classista e o uso limitado do conceito de trabalhador não incorporaram setores expressivos da sociedade, resultando na perda significativa de votos em 1982.

O período de formação foi marcado por falta de consenso sobre qual postura ideológica o PT seguiria, porém, sua proposta possuía traços profundamente classistas. Havia a convicção de sua prática democrática e socialista, porém não assumiu uma ideologia mais ampla ao não se propor como revolucionário, por exemplo. Ele defendia a integração e participação de agrupamentos sociais na política institucional a partir da representação política orgânica, trazendo para o centro do debate e da representação político-institucional e representativa, as classes trabalhadoras e agrupamentos segregados pelo autoritarismo, possuindo um padrão organizacional inovador com relação às características dos demais partidos até então existentes no Brasil.

2.1 OS DISSIDENTES DO PC DO B

Enquanto o PT cearense alcançava os limites estabelecidos pela lei, em 1982, para o registro eleitoral, a principal representante da esquerda, Maria Luiza Fontenele, do PMDB, havia sido reeleita com “19,6 mil votos para deputada estadual. O candidato do PT a governador naquela eleição, Américo Barreira, angariou 9.961 votos. Menos da metade” (FIRMO, 2017, p. 97). Fontenele e seu grupo atuavam na política cearense desde meados da década de 1970, enquanto o Partido dos Trabalhadores em, 1982, passava por um processo de organização, dividindo o espaço político com grupos de maior atuação nos movimentos populares. Se levarmos o resultado eleitoral de 1982, Fontenele possuía um raio de influência muito maior que o PT nos movimentos populares e nas instâncias do poder institucionalizado.

As principais referências do grupo de Fontenele eram Rosa da Fonsêca, irmã de Manuel Fonsêca, Jorge Paiva e Célia Zanneti. Eles se reuniram, em fins de 1973, quando Fontenele retornava dos Estados Unidos onde cursava mestrado. Rosa da Fonsêca saía da

prisão, ex-presa política, e Jorge Paiva chegava à Fortaleza, na condição de clandestino devido a perseguição política em São Paulo.

Natural de Quixadá-CE, Rosa da Fonsêca teve experiências na Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e na Ação Popular (AP). Em Fortaleza, ingressou no curso de ciências sociais em 1969, participou ativamente dos movimentos estudantis e militou nos grupos comunistas clandestinos. Ela ficou conhecida quando, em 1971, participou de debate com o então ministro da educação, Jarbas Passarinho, na TV Verdes Mares (FIRMO, 2017, p.46), quando fez um balanço dos investimentos governamentais. Em contraponto, Rosa da Fonsêca denunciou toda a falta de estrutura da Universidade Federal do Ceará (UFC), assim como relatou a prisão de vários colegas e aqueles que estavam sendo perseguidos. Dias depois, Rosa da Fonsêca foi presa e enquadrada na Lei de Segurança Nacional por “exercer atividades prejudiciais ou perigosas a segurança nacional”. Rosa passou aproximadamente dois anos e dois meses no cárcere.

Jorge Paiva era uma das lideranças da clandestina União Nacional dos Estudantes (UNE), em São Paulo, quando descobriu que estava na lista das pessoas a serem mortas pelo regime. Então, fugiu com sua esposa, Célia Zanneti, para o Ceará, na condição de clandestinos políticos. O encontro de Fontenele, Rosa, Célia Zanneti e Jorge Paiva deu origem a um grupo político que até os dias atuais permanece ativo.

Esse grupo foi decisivo para a organização do Movimento Feminino pela Anistia e de outros segmentos da sociedade como a Associação dos Sociólogos ou o Jornal Mutirão. Não era somente a luta contra a anistia, era uma luta contra o sistema, contra todo um processo de repressão e injustiça social.

Em 1978, o grupo participou ativamente na ocupação da favela José Bastos, baseando-se na difusão de uma cultura política fundamentada no coletivismo dos meios de produção. Fizeram da ocupação um fato de extrema magnitude para a esquerda, possibilitando uma ampliação do raio de ação dos comunistas para além dos demais movimentos populares, como o MFPA. Essa ocupação ocorreu em dezembro de 1978, quando cerca de duas mil famílias construíram barracos numa zona próxima ao centro de Fortaleza, ao lado da Av. José Bastos. Os proprietários do imóvel entraram na justiça e exigiram a expulsão das famílias, mas os ocupantes conquistaram o apoio da Igreja, parlamentares e outros segmentos da sociedade civil (FARIAS, 2015b, p.501).

A justiça concedeu a ordem de despejo e o conflito foi inevitável, inclusive com troca de tiros que resultou em um ferido, Francisco Gonçalves de Carvalho, que ficou paraplégico (O POVO, 27 de dezembro de 1978l. P.12). Devido à repercussão pública, a justiça reavaliou o caso e adiou por sessenta dias a determinação. Segundo o jornal O Povo, “pelo grande número de famílias que ocupam o referido terreno, a ordem de despejo criou um sério problema social, a que as autoridades não podem ficar indiferentes” (O POVO, 29 de dezembro de 1978m, p.3). A Igreja se posicionou favorável aos moradores quando Dom Aloísio Lorscheider afirmou que seria mais fácil o governo ressarcir os empresários do que reparar o prejuízo a centenas de famílias (O Povo, 15 de janeiro de 1979n, p.19).

Essa ocupação foi muito importante na trajetória política de Fontenele, pois o processo de resistência conseguiu que o poder público cedesse um espaço em outro lugar para os ocupantes, o Conjunto São Miguel. Do ponto de vista da organização dos trabalhadores em prol de moradias, a ação do estado a partir de então tomou um aspecto mais eficiente sob o ponto de vista da organização do espaço, ou seja:

O episódio foi um divisor de águas na história das políticas habitacionais em Fortaleza. Até então as pessoas das ocupações eram simplesmente despejadas e pronto. O assunto se encerrava como caso de polícia. A partir dali os governos se viram obrigados a negociar. Foi construído todo um conjunto habitacional para atender aquela população (FIRMO, 2017, p.77).

A década de 1970 foi marcada por intensa mobilização popular, produto direto das transformações estruturais da economia nacional. Essas condições refletiram com impacto na organização do espaço urbano, marcado pelo violento processo de favelização e pela baixa condição de vida. Assim, desperta-se a necessidade de reorganização da sociedade frente à modernização industrial:

Grosso modo, esses movimentos tinham como essência de sua novidade a busca de sua própria identidade, no sentido de constituírem-se de forma autônoma frente às organizações políticas tradicionais, constituídos desde baixo, sobre a base de uma prática social consciente e auto-determinada”. (MENEGUELO, 1989, p.29)

Os comunistas, presentes nesse processo de resistência, em Fortaleza, divergiam sobre sua ação tática. O PC do B cearense estava dividido em duas tendências partidárias. A primeira, formada, em 1974, pelo grupo de Fontenele. O segundo, criado em 1979, era constituída por antigos militantes liderados por Gilse Avelar e Benedito Bezerril, ligados ao Comitê Central. O segundo grupo defendia o abandono da atuação na favela José Bastos, temendo a repressão, enquanto o grupo de Fontenele resistiu à saída, defendendo a presença dos moradores no local ocupado e não aceitando a proposta de transferir os moradores para um terreno doado pelo Governo do Estado do Ceará.

O grupo de Fontenele caracterizava-se por uma ação mais intensa e imediata, buscando na luta de classes um mecanismo cuja resistência se dava pela permanência dos moradores na favela, no intuito de politizar a luta (PONTE JR, 2000, p. 15).

Mas, a crise no PCdoB cearense não era um fato isolado. Para Coelho (2005, p. 95), as divergências no interior dos partidos comunistas se davam de modo sistemático, pois na segunda metade da década de 1970, o PCdoB aprofundou o debate sobre a avaliação da derrota da guerrilha do Araguaia e setores do partido questionavam os abusos do princípio do centralismo democrático pelo Comitê Central, inclusive a mudança na orientação estratégica (abandono do maoísmo). Em 1980, as divergências provocaram o desligamento de militantes históricos desse partido, como Wladimir Pomar, Ozéas Duarte José Genuíno.

No Ceará, a convicção do grupo de Fontenele em radicalizar a ocupação na favela José Bastos é representativa. O grupo posicionava-se com o objetivo de conquistar resultados a curto prazo, politizando os confrontos entre movimento popular e governo. Daí surge a divergência com o grupo de Gilse Avelar e Benedito Bezerril que seguiam as orientações do Comitê Central, ou seja, aglutinar forças contra a ditadura, reduzindo o caráter do confronto da luta de classes. O embate chegou a tal ponto que o Comitê Central desautorizou Jorge Paiva de falar em nome do PCdoB. (PONTE JR., 2000, p.15).

2.2 PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA (PRC)

Passada a vitória eleitoral de Fontenele, em 1983, começou a organização do Partido Revolucionário Comunista (PRC), quando Jorge Paiva foi convidado para participar de sua

fundação. O grupo de Fontenele participou do primeiro congresso em 1984, quando Jorge Paiva e Rosa da Fonsêca passaram a compor o Comitê Central. (FIRMO, 2017, p. 95).

No plano nacional, o primeiro congresso ocorreu pela articulação entre grupos de militantes que se desenvolvia desde 1980, formado por ex-militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que divergiam na avaliação sobre a Guerrilha do Araguaia feita pelo Comitê Central e por políticos que foram membros de organizações anteriores como o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP).

Para esses militantes, o que estava em causa era

Dar continuidade à luta dos comunistas brasileiros, iniciada em 1922, pela formação da verdadeira vanguarda da classe operária, capaz de dirigir o proletariado e as massas populares no caminho da revolução socialista e do comunismo” (COELHO, 2005, p.92).

O partido, além da orientação revolucionária marxista-leninista, era diferente dos demais partidos de esquerda, como o PT. Ele possuía um caráter clandestino e, claro, não tinha a pretensão de legalizar-se por que seu objetivo era organizar a revolução socialista. Assim, suas atividades eram exercidas no interior do PT e PMDB.

Em janeiro de 1984 foi realizado seu primeiro congresso, cujas resoluções se punham contra o regime militar, a partir da mobilização popular:

O aguçamento da crise do capitalismo, a falência do regime militar e a entrada das grandes massas na política, colocam na ordem do dia o fim do regime de 1964. A questão chave reside em como abordar revolucionariamente a luta pela liberdade política por uma mudança de conjunto na situação do país em resposta a essa questão, o PRC define como centro de sua tática os seguintes elementos: chamando o proletariado a colocar-se a testa do movimento popular, concentra o ataque a ditadura militar na perspectiva de sua derrubada revolucionária; combate a política de conciliação com o governo do ponto de vista da luta contra o regime militar e no curso das lutas de massas, radicalizando-as; lutar pela implantação de um governo democrático operário e popular que tire o país da crise e as massas da miséria e opressão, rompa a dependência ao imperialismo, exproprie os bancos e demais

monopólios capitalistas, colocando-os sob o controle operário, e solucione revolucionariamente a questão agrária, um governo que inicie a construção do socialismo. (PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA, 1984, p.64)

É possível perceber a oposição frente às alianças com a oposição liberal em continuidade com outras correntes políticas do Partido dos Trabalhadores. Para o PRC, o caráter de conciliação não ocasionaria a confrontação radical contra a ditadura, impedindo a explosão revolucionária. Desta forma, a luta contra a ditadura era concebida como um embate revolucionário, pois sua derrocada estaria vinculada com a revolução democrática-operária e popular.

Desse modo, as oposições liberais ao regime eram consideradas inimigas políticas, pois tomava-se a luta de classes como fundamental na luta contra o regime:

O PRC ao contrário dos partidos burgueses e dos reformistas, não se preocupa em civilizar as manifestações de massas (...), pelo contrário, respeita iniciativas como a sátira mordaz aos opressores, as vaias aos políticos conservadores, o ódio aos governadores, a ruptura aos limites legais, a radicalização política. (PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA, 1984, p. 67)

Para a construção da sociedade comunista, seria fundamental a ditadura do proletariado, ou seja, a conquista do poder político pela classe operária e a sua organização em classe dominante. Os revolucionários enfatizavam que “diante da violenta opressão de classe da sociedade capitalista, a revolução social do proletariado será necessariamente violenta”. As massas poderão assumir várias formas de luta armada, porém, deveriam ser analisadas pelo partido, “sistematizando-as e elevando-as ao plano da política”. (PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA, 1984, p.64).

Para Coelho (2005, p.126) o grande “tendão de Aquiles” estava na concepção do partido em encarar as massas. O partido era substancialmente vanguardista, segundo os princípios do marxismo-leninismo, no qual a classe operária seria incapaz de desenvolver uma proposta revolucionária. Ela teria que ser orientada pelo partido revolucionário. Isso não impedia que as decisões fossem decididas pelas bases, porém cabia aos revolucionários as orientações de radicalização.

No Ceará, a Jornada da Luta Contra a Fome objetivou radicalizar a luta de classes contra a ditadura. Na prática, o objetivo seria estruturar frentes de serviço devido ao alto índice de desemprego resultante das secas periódicas. As atividades da Jornada aconteciam desde reuniões com entidades governamentais e até mesmo a “violência legítima dos trabalhadores” (PONTE JR., 2000, p.17). Em outras palavras, em situação do agravamento do desemprego e da fome, restava ao trabalhador buscar os alimentos em armazéns e supermercados. Nas palavras de Fontenele:

Enquanto que em alguns locais estava sendo questionado o pessoal ir buscar alimentos nos supermercados, o pessoal que queria buscar alimentos em Fortaleza, contava com o nosso apoio, um apoio cuidadoso, porém, claro. Criamos comissão de advogados para proteger o pessoal e havia uma articulação fantástica, para garantir tais ações por que achávamos que essa era a forma de chamar atenção para o problema. E não que o pessoal ficasse morrendo de fome nos seus lugares não entrando para uma atitude de confronto com o poder estabelecido. (Informação verbal)⁶

A contestação da ordem estabelecida para a obtenção de resultados a curto prazo era marcante nas ações do PRC cearense. Quando ainda pertencente ao PMDB, a fração cearense encontrou divergências nas campanhas das *Diretas Já*, pois o grupo cearense defendia não apenas a questão do voto direto, mas defendia a ruptura pela revolução. A política do PRC era contra a ditadura, mas também contra o sistema capitalista.

Em 1985, Fontenele desejava lançar sua candidatura à prefeita de Fortaleza, no entanto, existia um problema. Dificilmente ela conseguiria lançar sua candidatura pelo PMDB, pois o deputado federal Paes de Andrade também queria candidatar-se. Então, a fração do PRC cearense rompe com o PMDB, vinculando-se ao Partido dos Trabalhadores, apesar de possuir visões distintas de algumas orientações do PT.

Houve um diálogo intenso sobre essa entrada no PT, pois o PRC sempre foi hostil ao Partido dos Trabalhadores, tanto nos movimentos populares como na esfera partidária, desde quando era ligado ao PCdoB. A coexistência desse grupo com o PT foi difícil também porque a entrada da deputada poderia constituir uma força hegemônica capaz de se sobrepor as demais. A entrada de Maria Luiza Fontenele não foi nada tranquila, após uma tumultuada

⁶ Maria Luiza Fontenele, palestra proferida em 31 de maio de 1986 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

convenção, seu grupo foi consolidado, o que representaria o crescimento das bases. A entrada do Grupo de Fontenele mudou a história do Partido dos Trabalhadores no Ceará. (BARREIRA, C., 2008, p.111).

3. O PT NA PREFEITURA DE FORTALEZA (1985-1989): UMA ALTERNATIVA POPULAR À TRANSIÇÃO CONSERVADORA DA NOVA REPÚBLICA?

Em 1985, a conjuntura que antecipou a eleição municipal de Fortaleza foi marcada pela eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral. O PCdoB e PCB, não só participaram, como também contribuíram para a eleição do candidato da oposição liberal. A Convergência Socialista (CS), enquanto agrupamento de esquerda no interior do PT, assumiu uma posição crítica, exigindo o boicote ao Colégio Eleitoral e a candidatura única das oposições, apoiada por partidos como PDT, PMDB, PCB e PC do B.

Mais do que nunca se faz necessário acelerar a campanha nacional de boicote ao colégio eleitoral e a candidatura única das oposições, isso significa que devemos tirar e promover manifestos, abaixo-assinados, moções e atos públicos contra esse miserável e corrupto Colégio e contra a manobra da candidatura única (JORNAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, 1984, p.4).

Assim como a CS, a DS também negava todo o caráter de conciliação da época. No debate interno, essa tendência analisava que a candidatura única:

(...) visa antes de mais nada realizar uma transição negociada com o regime militar rumo a alguma forma de dominação civil burguesa conservadora. Apoiar o candidato do PMDB ou do PDT, nesse caso, seria o mesmo que considerar como necessária uma aliança com a burguesia para chegar ao socialismo, numa concepção etapista de revolução que a DS, como organização trotskista, sempre negou (ANGELO, 2007. p. 102).

Essa postura de ruptura com a ordem seguiu o PT por toda a década de 1980, materializada no boicote ao Colégio Eleitoral, que majoritariamente elegeu Tancredo Neves, sob o pacto entre governistas, oposição liberal e comunistas. Sendo assim, a nova república já nascia com os setores da oposição comprometidos com o projeto liberal. A postura isolacionista do PT deixou bem claro que, naquele momento, ele não tinha compromisso algum com esse projeto.

Nesse mesmo ano ocorreu a primeira eleição para as prefeituras das capitais após décadas de ditadura militar. No Ceará, o PRC buscava todos os meios para viabilizar a construção do “partido da classe operária” e a candidatura de Maria Luiza à prefeitura era uma peça fundamental nesse projeto, que buscava a construção do socialismo. Segundo o jornal *O Povo*, o presidente do PT, “Gilvan Rocha explica que ela (Fontenele), sempre teve uma postura identificada com a dos petistas” (O POVO, 13 de novembro de 1985o, p. 4).

Concorriam à administração municipal em Fortaleza: Antônio Paes de Andrade (PMDB), Lúcio Gonçalo de Alcântara (PFL), Maria Luiza Fontenelle (PT), Antônio Alves Moraes (PDS/PTB), Moema São Tiago (PDT), Humberto Beviláqua (PL) e Francisco Tarcísio Leite (PSC). Segundo pesquisa eleitoral do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBOPE), era certa a vitória do candidato do PMDB, Paes de Andrade, que possuía 53,3% das intenções de voto; Lúcio Alcântara, com 22,3%, Maria Luiza Fontenele, com 7,3%, e Antônio Moraes, 4,7% (JORNAL DO BRASIL, 30 de outubro de 1985h, p. 7).

Alguns fatores favoreceram a vitória do PT, contradizendo as pesquisas eleitorais. O contexto nacional de redemocratização, o conflito entre as elites governistas cearenses, o avanço dos movimentos organizados da sociedade civil em oposição aos militares se aliavam à imagem jovem e bonita de professora universitária de Fontenele, com sua atuação em vários movimentos populares e com mestrado nos Estados Unidos.

O fim da Lei Falcão, que restringia as mensagens publicitárias, permitiu que a equipe de coordenadores da campanha petista explorasse, ao máximo, a criatividade, buscando símbolos do “novo” e criticando o passado político autoritário. O que estava em jogo não era a bipolaridade entre direita versus esquerda, mas a oposição entre o novo e o velho, com críticas à política arcaica dos “coronéis”.

É possível perceber certo pragmatismo político da coordenação da campanha. Segundo Gilvan Rocha (2008, p.172), a divulgação não se fez em cima de um discurso anticapitalista, mas da moralização, ao lado da cultura política dos agrupamentos marxistas, que não aceitavam a ordem instituída. Assim, buscou-se construir uma imagem do PT como um partido da esperança, sem radicalidade. Uma das técnicas de produção e imagem foi a utilização da música *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brandt, que vinculava a candidata às greves e as mobilizações dos setores populares. Uma mulher com força, coragem e “uma estranha mania de ter fé na vida” (BARREIRA, I., 2008, p.119). Foi uma forma de moderar a personificação revolucionária, associando a imagem feminina às imensas

dificuldades que o trabalhador enfrenta em seu dia a dia e a uma conotação religiosa que remete a Maria, mãe de Jesus Cristo.

Dentre os materiais de campanha, foi distribuído o panfleto *Por que venceremos as eleições no dia 15 de novembro*. A capa possuía a imagem de Fontenele e um discurso da deputada sobre as eleições de 15 de novembro. Como um convite ao “comício da virada”, foram veiculadas charges e frases, que expunham a repressão policial e o clientelismo político através da compra de votos.

consistência ao nosso caráter e a cívica da necessidade inadiável de lutar pelo novo, a certeza que mais cedo ou mais tarde conquistaremos as nossas reivindicações econômicas, sociais e políticas—uma sociedade humana e justa. Por isso todos aqueles que colocam o seu saber, a sua arte, a sua capacidade de trabalho, teórica e prática, a sua solidariedade e fraternidade humanas, em defesa da causa do povo não se amedrontarão, não se intimidarão, não se venderão e enfrentarão as barreiras impostas pelos governantes e seus sustentáculos - os donos do poder - e prosseguirão em busca da liberdade. Fortalezenses, nestes últimos dias que nos separam do dia 15 de novembro, a batalha eleitoral vai crescer de intensidade e sobre você vai desabar toda uma sofisticada técnica para tentar envolvê-lo e convencê-lo a votar nos candidatos de Gonzaga

Mota, Adauto Bezerra e Virgílio Távora. Você que pretende uma administração municipal que realmente atenda as reivindicações da nossa cidade e sua população, que pretende fazer uma opção consciente, honesta e que deseja manter Fortaleza opcionista, não se deixará enganar e muito menos corromper e usará correta e consequentemente o seu voto. Por isso, junte-se a nós. Esta vitória eleitoral - uma enorme conquista histórica em nossa cidade e Estado - depende única e exclusivamente de você. Na sua cabine eleitoral declare o seu amor à cidade de Fortaleza e a sua gente. Vote na oposição pra valer. Vote contra o Governo. Vote consciente. Vote 13. Vote Maria Luiza e Américo Barreira. Vote PT. E comemore conosco a festa da cidade.

Um abraço.

Deputada Maria Luiza Fontenele

Trecho do
Pronunciamento da
deputada Maria Luiza
Fontenele, do Partido
dos Trabalhadores,
acerca da eleição de
15 de novembro, na
Assembléia Legislativa

Grande Comício da Virada dia 12
de novembro Praça José
de Alencar - 18 horas
Show com artistas

PARA PREFEITA

- | | | |
|----|-------------------------------------|--------------------|
| 14 | <input type="checkbox"/> | Antonio Morais |
| 25 | <input type="checkbox"/> | Lúcio Alcântara |
| 15 | <input type="checkbox"/> | Paes de Andrade |
| | <input checked="" type="checkbox"/> | Maria Luiza |
| 22 | <input type="checkbox"/> | Humberto Beviláqua |
| 12 | <input type="checkbox"/> | Moema São Thiago |
| 20 | <input type="checkbox"/> | Tarciso Leite |

MODELO

Comitê Eleitoral Fortaleza da Gonzaga

PORQUE VENCEREMOS AS ELEIÇÕES NO DIA 15 DE NOVEMBRO



Fonte: Panfleto -Por que venceremos as eleições no dia 15 de novembro, s/d.

...av, se não, em uma cidade, uma verdadeira batalha eleitoral para decidir quem vai governar Fortaleza.

De um lado os governantes tudo fazem para que o povo escolha um dentre os seus candidatos. Põem a máquina do Estado e do Município à serviço dos candidatos de Gonzaga Mota e Adauto Bezerra. Esbanjam dinheiro numa afronta ao sofrimento do povo. Tentam comprar a consciência do eleitorado. Usam e abusam dos meios de comunicação de massa. Adotam toda sorte de mecanismos para conservar, manter ou alternar, um dentre eles, no poder. Estabelecem acordos às custas do povo. Usam e abusam do voto útil que de tão gasto já se tornou fútil. Apresentam-se como opositores para confundir a opinião pública. Acusam-se de corruptos e a corrupção com eles continua. Utilizam-se da polícia estadual e perseguem militantes do PT - dois artistas feridos a bala e um outro preso; e integrantes dos comitês de apoio foram presos e indiciados criminalmente, sendo um deles um menor de idade. Quem ousa denunciar fatos tão graves está ameaçado de ser processado - como é nosso caso. Diante do crescimento, aceitação e credibilidade de nossa candidatura junto ao eleitorado de Fortaleza, armam um verdadeiro complot para impedir nossa vitória em 15 de novembro.

Do outro lado, setores cada vez mais amplos da população de Fortaleza compreendem cada vez mais e melhor que Maria Luiza e Américo Barreira na Prefeitura não permitirão em hipótese alguma, crimes contra a integridade física da pessoa humana; que coronéis, corrupção, atentados e tortura nunca mais; que perderão a concessão da linha de ônibus os empresários de transporte coletivo

que não prestarem um serviço barato e adequado à população; que vai acabar definitivamente a bandalheira na administração municipal; que jamais os donos de empresas que prestam serviço à administração municipal recebam, como é o caso da coleta de lixo, por serviços que nunca prestaram; que acabaremos imediatamente com o rapa; que as empreiteiras não ganharão concorrências fraudulentas; que a especulação imobiliária não destruirá nossos recursos naturais, nem multiplicará os preços dos imóveis; que urbanizaremos as favelas de nossa cidade; que o povo de Fortaleza, pela primeira vez na sua história, fiscalizará custos, andamento de obras e dirigirá com a Prefeitura os destinos de nossa cidade, através dos Conselhos Populares; que habitação, saúde, esporte, lazer, arte, cultura, educação serão colocados num nível elevado, em perfeita consonância com as reivindicações da cidade e de sua gente; que serão extintas as taxas escolares; que nenhum estudante deixará de frequentar escolas por falta de renda ou pagamento de taxas; que enfrentaremos imediatamente o desemprego, criando frentes de serviço em Fortaleza, empregando os moradores de favelas e bairros na instalação, construção, reconstrução e funcionamento de

as nossas candidaturas e as dos governantes e seus sustentáculos. Nossas candidaturas reúnem condições para redimir Fortaleza, pois são frutos de uma vivência, de muitos anos, da luta do povo para enfrentar os graves problemas da cidade e da sua gente. Sempre estivemos nas primeiras fileiras defendendo as reivindicações dos bancários, mutuaristas, professores, metalúrgicos, economistas, funcionários dos Correios e Telégrafos, funcionários públicos e autárquicos, vendedores ambulantes, motoristas de ônibus, motoristas de taxis, favelados, mulheres, crianças, estudantes, trabalhadores rurais, artistas, etc. Mas não são só estas as diferenças de nossas candidaturas com as dos donos do poder. Nós que estivemos nas primeiras fileiras de combate à ditadura militar e seu fiel servidor mafioso, reacionário, corrupto e facista - PDS, combatemos a "nova velhíssima república" (PMDB e PFL) quando faz do Estatuto da Terra - peça chave

dos gopistas de 64 - a coluna básica da sua política agrária, aspecto que esta na raiz do crescimento da violência contra os trabalhadores rurais, que no Ceará ocasionou as barbaridades em Itapipoca e Quixadá; quando faz do pacto um elemento vital para tentar paralisar as lutas dos trabalhadores, enganando-os e jogar o ônus da crise sobre seus ombros; quando transforma o Congresso eleito em 1986 em Congresso Constituinte, contrariando as posições da CNBB, OAB, CUT, e inúmeras outras entidades e personalidades, como de nosso jurista cearense Paulo Bonavides, que acha que tal medida "... se divorciou dos anseios, das aspirações mais sentidas da sociedade brasileira" (FSP. 24/10/85) e de Raimundo Faoro para quem a convocação do Congresso Constituinte "... encerra um golpe de Estado" (Revista Senhor); quando não concede anistia ampla, geral e irrestrita aos militares atingidos pelo golpe de 64; quando permite que as eleições de novembro se dê de baixo da lei de segurança nacional, lei de imprensa, lei de greve, salva-guardas constitucionais, SNI, Conselho de Segurança Nacional; quando impede uma reforma tributária à altura das exigências inadiáveis dos municípios; quando mantém a política de pagamento da dívida externa, da continuação dos acordos com o FMI; quando não permite a elevação do poder aquisitivo da população frente ao aumento da inflação e do custo de vida; quando não apura os crimes cometidos contra a pessoa humana, fato novamente evidenciado perante a opinião pública, no episódio General Ustra; quando mantém a censura em letras de música, em programas de televisão (FSP 24/10/85). Estas lutas nos forjaram e forjam e nos deram consciência e

Fonte: Panfleto - Por que venceremos as eleições no dia 15 de novembro, s/d.

O desvio moral era muito explorado entre os candidatos:

Lúcio Alcântara, candidato do PFL, acusou seu adversário do PMDB, Paes de Andrade, de usar a máquina dos governos estadual e municipal. O troco não demorou: o próprio prefeito da capital cearense, Barros Pinho acusou o PFL e seu líder, Adata Bezerra (Vice-governador) de deter 60% dos cargos e empregos da administração pública cearense (JORNAL DO BRASIL, 18 de outubro de 1985i. p.4).

No contexto de mudanças, a leitura anacrônica do coronelismo emitia uma imagem negativa, com o uso da máquina pública para a cooptação de lideranças e comercialização de votos, a imagem de currais eleitorais, voto de cabresto, clientelismo, ou seja, condições que condenavam o Ceará ao atraso. Essa foi a marca nodal dos discursos que pretendiam sepultar o projeto de governo militar no Ceará.

O PT atraía para si o aspecto de “novidade”, com a intenção de destacar o clientelismo como motor da miséria, condição básica para a manutenção do coronelismo, responsabilizando-se os coronéis pelo atraso econômico, social, político e cultural.

Embora o regime militar estivesse em queda, o panfleto demonstra o autoritarismo das instituições militares e a existência do preconceito contra quem se identificasse com a esquerda. A imprensa nos oferece indícios da hostilidade política.

A delegada de menores, Marliete Alves, resolveu soltar na noite de ontem Gerson Peçanha, 15 anos, que com mais dois militantes do PT, pichava paredes e muros e colava cartazes alusivos à candidatura de Maria Luiza Fontenele, que disputa a prefeitura dessa capital pelo Partido dos Trabalhadores. (...) Gerson foi preso no sábado e ontem cerca de 20 secundaristas, quase todos menores e filiados ao PT, promoveram manifestação defronte à sede da delegacia de menores, onde funciona também o juizado. Cartazes improvisados em pedaços de papelão velho ou escritos em pedaços de tábuas irregulares eram levantados ao sim de palavras de ordem que os petistas usam em campanha (JORNAL DO BRASIL, 21 de outubro de 1985j, p. 2).

O jornal apresenta uma interpretação preconceituosa ao criminalizar os estudantes que colaboravam com a campanha. Na perspectiva do panfleto, os “coronéis” e seus aliados

“utilizam-se da polícia estadual e perseguem militantes do PT (...) integrantes dos comitês de apoio foram presos e indiciados criminalmente, sendo um deles menor de idade”. Seguidamente, não admite a violação dos direitos humanos, empresas de ônibus ineficientes, corrupção envolvendo coleta de lixo e empreiteiras, destruição do meio ambiente.

Havia ainda a apresentação de propostas como a urbanização das favelas, fiscalização da Prefeitura pelos Conselhos Populares, maior atenção para os serviços básicos de urbanização, saúde, cultura, educação e oportunidade de participação política para os que lutaram contra o regime militar.

O panfleto recordou a greve dos bancários, professores, metalúrgicos e uma série de espaços de atuação política de Maria Luiza Fontenele. Assim como descreve a luta contra a ditadura militar e o PDS, definindo-o como malufista, reacionário, corrupto e fascista. Contra a “nova velhíssima república” e o Estatuto da Terra, o documento é finalizado com a convocação à população para participar da campanha petista, por amor à cidade, contra o governo. Assim, o PT inaugurou aspectos distintos das convencionais campanhas eleitorais, utilizando em seu discurso o elemento da “conscientização política” e rejeitando símbolos que o identificasse como eleitoreiro.

Os coordenadores da campanha enfatizaram o uso da TV como um instrumento importante na construção dessas imagens, permitindo a difusão da mensagem petista para um público mais amplo, além daqueles que tinham o contato com o partido através dos movimentos populares. A vice-candidatura de Américo Barreira, aos 70 anos, fazia uma espécie de contrapeso ao caráter revolucionário e radical que alguns grupos do PT possuíam. A idade, experiência e ponderação são atributos considerados positivos pelo público. Segundo Gilvan Rocha:

Fizemos total sucesso nos programas de televisão. A campanha começou a crescer, mas um fato merece ser contado. Não havia dinheiro para filmar e muito menos para editar os programas, foi aí que o coronel Virgílio Távora do PDS, desafeto do governador Gonzaga Mota, eleito pelo PDS, partido dos coronéis, passou para o PMDB, apoiando a candidatura de Paes de Andrade a prefeito, resolveu recomendar o senhor Miguel Patriolino Ribeiro, dono da TV Cidade para que fizessem as nossas filmagens a preços simbólicos. Vale ressaltar que nenhum compromisso político foi assumido pelo PT com o coronel. (...) não faltou a contribuição em dinheiro, dentre outros do empresário Amarílio Macêdo. Mas tudo isso era segredo de estado, fundado nas contradições e intrigas do próprio sistema, o que não nos comprometia nem politicamente, nem moralmente (ROCHA, 2008a, p.171).

Os coronéis estavam em crise pelo menos desde 1979, quando o pluripartidarismo dividiu a ARENA. Gonzaga Mota percebeu a reorganização política frente as novas regras da democracia, rompendo aos poucos com os governadores anteriores. Mas, isso não provocou mudanças expressivas porque ainda se “reproduzia em seu mandato os vícios das administrações dos velhos coronéis: clientelismo, empreguismo, desorganização da máquina pública, denúncias de corrupção, ineficiência” (FARIAS, 2015b, p. 510).

Um dos momentos de degeneração das forças tradicionais ocorreu com a exoneração do então prefeito da capital, César Cals Neto do PDS, indicado devido o “acordo dos coronéis” em 1982, sendo substituído pelo peemedebista José Maria Barros Pinho, indicado por Gonzaga Mota e aceito pela Assembleia Legislativa. Sucedeu uma briga judicial com César Cals Neto retornando à prefeitura, porém sendo afastado por fim.

Serão exoneradas todas as pessoas ligadas ao senador César Cals e ao senador Virgílio Távora, adversários de Gonzaga Mota. Serão mantidas, porém, as que forem indicadas pelo vice-governador Aduino Bezerra, chefe do PFL, que mantém sua aliança com o governador que há 15 dias deixou o PFL e aderiu ao PMDB. (JORNAL DO BRASIL, 2 de julho de 1985k, p.2)

A imprensa repercutiu amplamente as demissões. Barros Pinho afirmou que Cesar Cals Neto havia contratado cerca de 13 mil funcionários em 6 meses (JORNAL DO BRASIL, 6 de julho de 1985l. p. 2). Dias depois, o prefeito anunciou para a imprensa que “assinou o decreto 9.097, anulando 4 mil nomeações feitas pelo prefeito César Cals Neto, no período de 1 de maio a 30 de julho” (JORNAL DO BRASIL, 13 de julho de 1985m, p.2).

Enquanto havia os entraves entre as elites, a imprensa popularizava o conflito para grande público e a coordenação da campanha petista buscava o apoio da classe média através do marketing eleitoral. Rosa da Fonsêca queria uma campanha que expusesse as greves dos professores, motoristas de ônibus e as ocupações de terrenos. Ela estava presente na campanha de rua, discursava nos comícios, porém, era vetada de participação nos programas de TV, outdoors e cartazes. Procurava-se distanciar a radicalidade (FIRMO, 2017, p.100).

O PRC possuía uma orientação marxista leninista, atuando nas greves, nos movimentos populares com a perspectiva de radicalizar a luta de classes. A eleição seria uma

ponte para a ruptura com o sistema por meio do estado, uma ruptura por dentro do poder institucionalizado.

Mas o Partido dos Trabalhadores possuía uma pluralidade de pensamentos, com a presença de militantes da Igreja Progressista, sindicalistas, trotskistas e de intelectuais. Conforme Doimo (1995, p. 75), no decorrer da década de 1970 até meados da década de 1980, os discursos que permearam os movimentos sociais foram direcionados a tencionar “o povo como sujeito”, alterando o modo de interpretar o papel político do povo.

Esse “novo sujeito” organizou-se através de “práticas reivindicativas”, ou seja, por intermédio dos movimentos por moradia, contra a elevação do custo de vida e desemprego, por mais saúde, educação, transporte coletivo etc. Assim, Doimo percebeu que os movimentos organizados pela população “convergiram para um grande círculo reivindicativo, cujas conexões ativas são evidentes: a Igreja Católica, agrupamentos de esquerda e organizações não governamentais, em geral abrigando intelectuais e profissionais empenhados na ‘causa popular’” (DOIMO, 1997, p. 95).

As lideranças do partido que apresentavam um discurso mais moderado, como Padre Haroldo Coelho, colocaram-se como organizadores da vontade coletiva, comprometidos em promover uma visão de mundo que englobaria todos os agentes sociais no intuito de estabelecer o “consenso” (GRAMSCI, 2000, p.53), procedimento necessário para a conquista no espaço político e primordial para assegurar o um governo.

Um dos principais representantes do PCB cearense percebeu a lacuna ocupada pelos militantes progressistas da Igreja Católica do PT:

O representante do Ceará, Antônio Queiroz, reconheceu que os comunistas desconheciam a diferença entre participação sindical e luta política. “Nós perdemos a perspectiva do poder político”, afirmou. Para ele, a vitória de Maria Luiza Fontenele, em Fortaleza teve o apoio da Igreja. “Temos que levar em conta o papel da Igreja no processo político, por que ela jogou forte contra nós, apostando no PT” (JORNAL DO BRASIL, 8 de dezembro de 1985n, p. 7).

Durante os últimos dias do período eleitoral, o PT participou de uma greve do transporte público, que deu visibilidade a candidatura de Maria Luiza Fontenele. Ela se colocava contra a intervenção policial nas greves, contudo, ocorreu um fato que contribuiu

para mudar os rumos das eleições. Segundo o Carlos Augusto Montenegro, presidente do IBOPE em entrevista a Martins do site do Diário do Nordeste:

Por conta desse cenário de “já ganhou” em Fortaleza, o Ibope resolveu retirar todos os seus pesquisadores da cidade, e enviá-los para Recife, devido a complicações naquele Município. Devido ao assassinato de um motorista em Fortaleza, somando-se aí a uma greve do transporte público, a candidatura de Maria Luiza, do PT, começou a ficar cada vez mais forte e em apenas dez dias, o Partido dos Trabalhadores conseguiu fazer o seu primeiro prefeito em uma Capital (DIÁRIO DO NORDESTE, 5 de junho de 2012b).

O *Jornal do Brasil* chegou a conjecturar veementemente a vitória de Paes de Andrade, baseando-se nas últimas pesquisas antes da eleição. Os resultados correspondiam respectivamente a Paes de Andrade, Lúcio Alcântara e Maria Luiza Fontenele os índices 39,5%, 23,1% e 20,3%. Afirmando, “A vitória de Paes de Andrade (..) é também um triunfo do governador Gonzaga Mota que derrotou de uma só vez os três coronéis da política no Ceará. (JORNAL DO BRASIL, 16 de novembro de 1985o, p.7).

O TRE divulgou o resultado que trazia 159.907 votos para Maria Luiza Fontenele, computando 34% dos votos válidos; Paes de Andrade teve 148.521 votos, 32% dos votos válidos; Lúcio Alcântara teve 121.404 votos, 26% dos votos válidos. Estava eleita a primeira mulher a capital cearense e a primeira prefeitura a ser administrada pelo PT (FIRMO, 2017, p. 105).

3.1 A CRISE PARTIDÁRIA NA GESTÃO DE FONTENELE

A imprensa divulgou amplamente as posses de Maria Luiza Fontenele em Fortaleza e de Jânio Quadros, em São Paulo. No interior do PRC começaram as desavenças sobre a escolha dos secretários da nova gestão e a prefeita recém-eleita começou a gestão com rupturas dentro do seu próprio grupo.

Segundo o jornal *O Povo*, “romperam uma amizade que data muitos anos, forjada na luta das causas populares” (O POVO, 4 de janeiro de 1986p, p. 2). A notícia trazia a informação que Rosa da Fonsêca havia desaprovado a equipe que compôs a gestão.

O Comitê Central do PRC buscava afastar as lideranças mais “enérgicas”, com o objetivo de esvaziar o grupo de Fontenele, ficando fora da gestão Célia Zanneti, Jorge Paiva e Rosa da Fonsêca. Essa última, entretanto, possuía uma percepção distinta:

Qual era nossa orientação? Usar a prefeitura para forçar a ideia de revolução. Da ruptura. A gente achava, já naquele momento, que tinha sentido participar das instituições e tudo mais como forma de reforçar essa luta mais ampla, a luta direta. (FIRMO, 2017, p. 108)

O PRC demonstrava um recuo diante dos pressupostos da “revolução” presentes nas resoluções do seu primeiro congresso. Segundo Coelho (2005, p.140), esse partido enfrentava sérios problemas de ordem financeira e organizacional. Para o II congresso, em 1985, seus dirigentes perceberam que havia uma quantidade considerável de intelectuais sem vínculos orgânicos com as massas. No âmbito da organização, a tarefa prioritária era implantar o partido na classe operária e nos setores avançados do movimento popular.

A visão de revolução dirigida pelo partido de vanguarda sofria uma mudança substancial de perspectiva, pois o partido possuía intelectuais e mesmo políticos em mandatos, como José Genuíno, mas a solidificação junto as massas era um problema. Em outras palavras, não adiantava radicalizar o discurso e a luta de classes se não houvesse o apoio dos movimentos.

No Ceará, Rosa da Fonseca relatou ao Comitê Central, que “o veto ia além da ocupação de cargos. Achavam que nós não poderíamos fazer da administração uma trincheira de lutas. Que é o que eles sabiam que iríamos fazer” (FIRMO, 2017, 109). O PRC tinha como objetivo administrar a cidade dentro do modo petista. Devido ao impasse, Rosa da Fonsêca, Jorge Paiva e Célia Zanneti romperam com o PRC antes da posse da prefeita.

Por toda a gestão, houve problemas com o secretariado, com a divisão das correntes petistas, inclusive Américo Barreira assumiu uma postura crítica da gestão da prefeita. Segundo Gilvan Rocha (2008, p.172), a esquerda da época estava despreparada,

principalmente os secretários das cátedras universitárias. Não havia um vereador ao lado da “administração popular” e a Secretaria de Comunicação da prefeitura suspendeu centenas de portarias que beneficiavam jornalistas e radialistas.

As crises internas do partido, a falta de recursos devido à crise econômica provocou a ineficácia da gestão em muitos pontos. O primeiro ano de gestão foi marcado por greves e a oposição de jornalistas, inclusive dos jornais cearense com maior alcance, *O Povo* e o *Diário do Nordeste*.

Uma questão substancial da administração deve ser destacada com a pretensão de elevar o nível da mobilização popular, por meio da consolidação de direitos sociais referentes aos trabalhadores. A administração buscou identificar-se com os grupos excluídos, em oposição à ordem instituída:

Para pressionar o Governo Federal a liberar recursos financeiros para prefeitura dessa capital, administrada pelo PT, seus 40 mil servidores farão, a partir do dia 21, uma greve geral cujo o slogan foi escolhido em assembleia-geral do chamado “comandão de greve”: “Sarney, 500 bi já”, o movimento tem o apoio da prefeita Maria Luiza Fontenele, que no dia 23 terá em Brasília, uma audiência com o presidente José Sarney. (JORNAL DO BRASIL, 18 de janeiro de 1986p, p.2).

A falta de recursos da prefeitura inviabilizava os compromissos com o funcionalismo, aumentando o descontentamento dos trabalhadores da saúde e limpeza urbana. Apoiar as greves, solucionar os problemas de pagamento e eliminar a ociosidade na máquina pública foram paradigmas da gestão petista. Durante a campanha se falava muito em clientelismo e desemprego, mas o rombo financeiro herdado pelo PMDB levou a prefeita a enfrentar graves problemas com demissões para moralizar o serviço público. Além das greves, a oposição traçou boicotes de diversas naturezas, principalmente os comunistas do PC do B.

A chamada “Administração Popular” trouxe impactos para a agremiação. Num primeiro momento, a integração do PRC não só aumentou consideravelmente o número de militantes do PT como se tornou uma das principais forças internas do partido cearense. Após a vitória eleitoral, o grupo de Fontenele rompeu com o PRC para fundar, em 1986, o Partido Revolucionário Operário (PRO) como mais uma fração interna no PT.

Nesse período, houve a eleição proporcional para deputados estaduais e federais e eleição majoritária para a escolha do governador. O PT apresentou o nome de Padre Haroldo em um contexto de crise na administração petista em Fortaleza, o sucesso do Plano Cruzado e a forte polarização entre o candidato do PMDB, aliado do então governador Gonzaga Mota, e o coronel Adalto Bezerra.

As dificuldades trouxeram péssimas consequências para o PT, inclusive para aqueles que eram apoiados por Maria Luiza Fontenele. Tanto que o maior número de votos para deputados petistas foi do interior do estado. Lá encontravam-se uma série de CEB's e sindicatos dos trabalhadores rurais.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DA ESQUERDA CATÓLICA NAS ELEIÇÕES DE 1986

As eleições de 1982 mostraram que a maior força dos “coronéis” estava no interior do estado. Porém, em 1986 houve um deslocamento significativo dos votos para a esquerda petista. Os principais representantes desse partido foram Ilário Marques, João Alfredo e Antônio Amorim, vinculado ao movimento sindical e ao trabalho da Igreja Progressista.

O Partido dos Trabalhadores era um partido de esquerda que possuía uma atuação expressiva dentro do movimento dos trabalhadores rurais. A grande penetração dos militantes nesses movimentos ocorreu pela motivação religiosa. As contestações giravam em torno de três eixos: primeiro, sobre a aplicação do estatuto da terra que regulamentava as relações de trabalho e ocupação fundiária, a respeito do pagamento da “renda” e da indenização de parceiros expulsos pelos proprietários. Segundo, a maneira que era aplicada os Planos de Emergência, fato que culminava nas invasões e saques pelos trabalhadores do campo e, por fim, os conflitos pela terra geraram amplo debate sobre a reforma agrária nos anos 1980.

É importante destacar o trabalho da Igreja durante as eleições de 1986. Segundo o coordenador estadual das CEB's, havia uma estimativa de 3.500 a 4.000 CEB's no Ceará em meados da década 1980, sendo significativas em “Crateús (700), Itapipoca (612), Iguatu (700) e Limoeiro do Norte (200) ” (O POVO, 21 de junho de 1986q, p.12). Haviam CEB's espalhadas por todo o território cearense e que suas lideranças formaram muitas associações, consequentemente combatiam, juntamente com a esquerda, o sindicalismo vinculado ao governo dos “coronéis”.

A organização de CEB's tornou possível a resistência de segmentos da esquerda católica contra a ordem instituída. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou uma série de estudos sobre a formatação das comunidades e a direção para a qual orientava os segmentos progressistas. Assim, também, como a Regional Nordeste I se posicionou frente aos graves contrastes sociais no sertão cearense, tendo à frente Dom Aloísio Lorscheider.

Em continuidade ao documento de 1980, a Igreja defendia a reforma agrária, durante a chamada Nova República, reforçando a ação pastoral para a construção do que seria um “novo reino” para os católicos brasileiros.

É missão da Igreja convocar todos os homens para que vivam como irmãos superando toda forma de exploração, como quer o único Deus e pai comum dos homens. Movidos pelo evangelho e pela graça de Deus, devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra. (CNBB, 1980, p.1)

Nesse documento, os católicos assumiram a responsabilidade de organização e mobilização dos fiéis em oposição a toda e qualquer condição de abuso institucional ou cultural do homem sobre o homem, sobretudo no campo. É manifesto um discurso, desse segmento católico, contra as relações de poder vigente entre os proprietários de terras e os camponeses envolvidos em conflitos.

Nossa atuação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperação, para que sejam realmente organismos autônomos e livres, defendendo os interesses e coordenando as reivindicações de seus membros e de toda sua classe. (CNBB, 1980, p.13).

A mobilização dos trabalhadores rurais foi concretizada, principalmente, através dos sindicatos com apoio das dioceses. Diante disso, o Ceará contou com um número considerável de CEB's distribuídas nas nove dioceses com o compromisso de construir

mutirões solidários para estabelecer novas relações de trabalho e a luta constante pela posse da terra através da reforma agrária ou por moradia nos espaços urbanos.

O Caderno Pastoral n. 51, publicado em agosto de 1986, intitulado “Diretrizes da ação pastoral da Igreja que está no Ceará”, evidencia a presença de dois modelos no interior da Igreja. Primeiro, um modelo majoritário que atenta para a salvação eterna do indivíduo, sem contemplar profundamente uma transformação da sociedade e suas contradições sociais. É um modelo orientado para o individualismo cristão e seu princípio de honestidade, sua fé é devocionista, fazendo uma leitura individualista dos mandamentos de Deus e da Igreja. O segundo é o minoritário que almejava a construção de uma nova sociedade, dentro de uma perspectiva comunitária, marcada por uma tendência “sócio-crítico-profético-transformadora” no processo histórico da vida cristã.

A Regional Nordeste I priorizou, através desse documento, o modelo designado como minoritário de Igreja, cujo objetivo era evangelizar os mais pobres, entendidos como oprimidos. Durante a década de 1980, foram criadas as comissões pastorais da terra, urbana e da juventude.

No entendimento da liderança progressista da Igreja, a concentração de terras estaria em oposição ao “plano divino” para a sociedade. Por isso, ela assumiu a responsabilidade de “despertar a consciência dos lavradores para a conquista dos seus direitos e a participação nos sindicatos, partidos políticos e movimentos populares”. Para chegar a esse fim, os católicos teriam que “coordenar e divulgar experiências da pastoral da terra, vivências nas dioceses, criar a mística da terra através dos seminários, encontros e publicações, apoiar autênticas organizações dos trabalhadores” (CNBB- REGIONAL NORDESTE, 1986, p. 23 e 24).

No intuito de concretizar a Pastoral Urbana, cada diocese se voltou para a evangelização em suas cidades. Segundo o documento, o capitalismo pós-1930 gerou uma sociedade urbana fundamentada na exploração das atividades produtivas, em “um mercado altamente concentrador de capitais e um amplo mercado consumidor” (REGIONAL NORDESTE 1, 1986, p.28). Foram apontados como problemas do meio urbano a falta de saneamento e habitação, prostituição, violência etc. Conclui-se que, para esses católicos, o crescimento das cidades ocorreu devido ao êxodo rural provocado pela dinâmica do lucro, onde a Igreja via na infraestrutura econômica um fator indispensável ao quadro em que se encontrava a população urbana marginalizada.

A Igreja fortaleceu a oposição ao regime militar por meio dos seus documentos, com críticas às injustiças sociais, a concentração de terras e a pobreza. A Igreja não possuía um partido, nem candidatos oficiais e seu discurso era muito difuso com relação aos partidos políticos. Isso seria uma escolha individualizada, onde o sujeito analisaria qual a melhor agremiação e candidato. Mas, o discurso oposicionista e as críticas aos problemas estruturais aproximavam parte dos fiéis ao Partido dos Trabalhadores, principalmente aqueles orientados pela Teologia da Libertação.

Os segmentos progressistas da Igreja mostraram sua força no PT, quando lançaram a candidatura de Padre Haroldo Coelho ao governo do Estado, com o apoio do grupo de Maria Luiza Fontenele. Na convenção também foi aprovada a coligação com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) (JORNAL DO BRASIL, 14 de julho de 1986q, p. 3).

O sacerdote trabalhou junto à comunidade do bairro Pirambu, um dos locais mais pobres de Fortaleza e entrou para o PT devido a influência de Maria Luiza Fontenele, chegando a ser Secretário de Educação de sua gestão. A campanha ao poder executivo estadual foi marcada por forte crítica aos “coronéis” e as posições do PMDB que, segundo o padre, reproduz os métodos do “coronelismo”. (JORNAL DO BRASIL, 22 de abril de 1986r, p.4)

O Padre Haroldo obteve a autorização do Arcebispo de Fortaleza, Cardeal Aloísio Lorscheider, para participar das eleições sem prejuízo as suas atividades de sacerdote (JORNAL DO BRASIL, 27 de abril de 1986s, p. 4). Apesar de otimista, sua candidatura foi vista como reflexo dos problemas administrativos da gestão de Maria Luiza Fontenele e com pouca estrutura em relação as campanhas milionárias de Tasso Jereissati e Adauto Bezerra.

As pesquisas de opinião davam um percentual baixo para a candidatura do PT em comparação a essas campanhas vinculadas as classes dominantes:

Pesquisa feita no último dia 3 pelo IBOPE, na capital, publicada ontem como matéria paga nos jornais de Fortaleza, revela que Tasso Jereissati detém hoje 46,1% da preferência do eleitorado, contra 30,2% de Adauto Bezerra e 3,2% de preferência dada ao candidato do PT, Padre Haroldo Coelho (JORNAL DO BRASIL, 12 de julho de 1986t, p.2).

No interior do estado, alguns petistas não apoiaram a candidatura petista devido aos conflitos internos:

No Ceará, os petistas de Maranguape, na região metropolitana de Fortaleza, decidiram ignorar a decisão do diretório nacional e apoiar a candidatura de Tasso Jereissati ao governo do estado. A decisão contraria também o diretório regional, que lançou o padre Haroldo Coelho como candidato ao palácio da abolição. (JORNAL DO BRASIL, 25 de junho de 1986u, p.2)

Esses conflitos internos do PT favoreceram a campanha de Tasso Jereissati (PMDB) ao governo do Estado, em 1986, que também era fundamentada em um discurso anticoronelista, reivindicando a identificação com um modelo moderno de administração pública capaz de alavancar o desenvolvimento do Estado. Com o apoio do governador Gonzaga Mota, esse candidato relacionava o “coronelismo” à miséria. Uma das propostas do candidato do PMDB seria distribuir 1,5 milhão de hectare de terra e de assentamentos para 50 mil famílias ao longo do governo (JORNAL DO BRASIL, 9 de setembro de 1986v, p. 8), fato que conquistou o apoio de parte expressiva dos movimentos populares no interior do estado.

O resultado da eleição foi o seguinte:

TABELA III

GOVERNO DO ESTADO				
PARTIDO / COLIGAÇÃO	NÚMERO	NOME	VOTOS	% NO ESTADO
PMDB / PDC / PCB / PC DO B	15	TASSO RIBEIRO JEREISSATI *	1.407.693	52,32%
PFL / PDS / PTB	25	JOSÉ ADAUTO BEZERRA	807.315	30,01%
PT / PSB	13	JOSÉ HAROLDO BEZERRA COELHO	68.044	2,53%
PSC / PL	20	FRANCISCO AIRES QUINTELA	7.304	0,27%
VOTOS BRANCOS			293.271	10,90%
VOTOS NULOS			106.687	3,97%
TOTAL			2.690.314	100,00%

Fonte: Resultado eleitoral das eleições ao governo do estado de 1986. TRE/CE, 1986.

Quanto às eleições proporcionais, o principal representante católico a deputado federal foi Antônio Amorim, com o apoio explícito da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das CEB's. Ele desenvolveu um trabalho junto as CEB's da paróquia de Tauá-CE, sendo eleito presidente do sindicato e candidato a deputado Federal em 1986. (CARVALHO, 2009a, p.125)

João Alfredo Telles de Melo e José Ilário Gonçalves Marques possuem uma trajetória política semelhante. Ambos começaram o aprendizado político no movimento estudantil e tornaram-se presidentes do Centro Acadêmico de Direito Clóvis Beviláqua da Universidade Federal do Ceará, quando de sua reabertura em 1979. Também optaram pelo trabalho com os trabalhadores da zona rural, oferecendo serviços jurídicos. Ilário Marques era advogado do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Quixadá e João Alfredo do Sindicatos de Tianguá, Ubajara e Ibiapina.

Os resultados eleitorais foram os seguintes:

TABELA IV

	INTERIOR		CAPITAL		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
Amorim (Dep. Federal)	18.337	82,5	3.887	17,5	22.234
João Alfredo (Dep. estadual)	6.834	71,2	2.754	28,8	9.588
Ilário Marques (Dep. estadual)	5.009	82,3	1.077	17,17	60.80
TOTAL	30.180	79,6	7.728	20,4	37.908

Fonte: Resultado eleitoral dos candidatos a deputado estadual e federal do PT em 1986. TRE/CE, 1986.

A presença dos movimentos dos trabalhadores rurais e as mudanças ocorridas no mundo rural sugerem que as candidaturas petistas refletiam o intenso trabalho no campo, afetando o padrão político até então. O PT elegeu dois deputados estaduais (João Alfredo e Ilário Marques) e uma votação surpreendente para Deputado Federal, embora não elegendo nenhum candidato.

Essas eleições mostraram a face do partido era rural, sendo que o “episódio dos coronéis” que contribuiu para acirrar mais as disputas no interior do partido e aprofundar os desgastes eleitorais. O citado episódio constitui-se em acordo mantido entre a direção do PT, na pessoa de Gilvan Rocha, e os coronéis para dividir os votos da oposição e enfraquecer a candidatura de Tasso Jereissati, em “troca de determinada soma em dinheiro” (O POVO, 6 de fevereiro de 1987r, p. 2). A ampla cobertura jornalística do episódio culminou com a

intervenção da direção nacional e o afastamento de Gilvan e de quase todos os que compunham o seu grupo. Após o escândalo, o grupo político ligado à Igreja assumiu a hegemonia do partido, sob a presidência do advogado Antônio Pinheiro, que cumpriu mandato em caráter interino até a convenção de novembro de 1987, quando o deputado estadual João Alfredo foi eleito presidente do partido.

Para o presidente afastado:

Os coronéis vendo que o programa não estava sendo editado, presumindo que o PT tiraria votos do Tasso Jereissati, particularmente na Região Metropolitana, e que isso lhes beneficiaria, propôs pagar a edição do programa independentemente de qualquer acordo com o nosso discurso e comportamento. (ROCHA, 2008a, P.174-175)

Segundo Gilvan Rocha (1997, p.40), a difusão da notícia por membros do Partido Revolucionário Operário (PRO) era motivada pela luta política da hegemonia partidária e que o recebimento de certa quantia não foi em benefício próprio, mas para fortalecer a campanha. Ele lembra que os membros da campanha publicitária eram voluntários.

A reação de Fontenele foi incisiva quanto ao acordo financeiro da direção do PT com os “coronéis”:

A partir daí só fui saber do resultado desse encontro quando a companheira Rosa da Fonsêca estranhou o fato de Gilvan dizer que estava resolvido o problema do pagamento da primeira parcela da propaganda política. Propomos ainda a devolução do dinheiro, mas me ameaçaram (O POVO, 29 de agosto de 1987s, p. 3).

Terminada as eleições, a crise no partido se aprofundou, repercutindo nos jornais locais, como foi o caso de *O Povo*, que publicou a matéria “Partido clandestino quer implodir o PT”, explicitando a desconfiança de dois membros da direção petista em relação aos supostos planos do PRO para afastar a cúpula do partido e assumir o controle da legenda. O texto apontava Jorge Paiva como o mentor da conspiração (O POVO, 29 de novembro de 1987t, p.3).

Quando o evento foi tratado no diretório, o fato chegou ao conhecimento de Antônio Amorim, ligado à Igreja, que tornou pública a denúncia (FIRMO, 2017, p.141).

Em seu livro de memórias, Gilvan Rocha desabafou:

Passada as eleições, sob a poeira da derrota quase completa, juntaram-se nossos desafetos Ilário Marques, eleito, acidentalmente, Deputado Estadual; Francisco Auto Filho, ferido no seu orgulho por ter sido desalojado da direção provisória do PT e o grupo da Maria Luiza, sem nenhuma cerimônia, sem nenhum pejo, de forma irresponsável e leviana, denunciaram através de manchetes nos jornais da cidade, que três companheiros do PT, com história e passado de luta, teriam sido corruptos vendendo-se aos coronéis. (ROCHA, 2008a, p.175)

O jornal *O Povo* noticiou que “O PT expulsa Gilvan, William e Fonseca Neto e inocenta Maria no caso dos Coronéis”, a fim de resguardar sua integridade moral, logo em seguida um texto de Auto Filho sob o título de “PT Redimido”, onde elogiou a expulsão dos membros envolvidos com os “coronéis” (O POVO, 26 de janeiro de 1987u, p. 3).

Mas, os membros terminaram por ser absolvidos pelo Diretório Nacional que divulgou uma resolução no V Encontro Nacional do PT foi divulgada a seguinte nota:

RESOLUÇÃO SOBRE FORTALEZA

O V Encontro Nacional do PT resolve:

1º – Publicar a seguinte Nota à Imprensa:

“O V Encontro Nacional do PT, após a análise do ‘episódio dos coronéis do Ceará’, resolveu autorizar o Diretório Nacional a:

- a) – informar aos militantes de todo o País que os lamentáveis erros políticos cometidos por alguns companheiros, e que deram como resultado o episódio, foram corrigidos e superados;
- b) – revogar as punições aplicadas aos que recorreram e considerar extintas as penalidades aplicadas aos demais companheiros envolvidos no episódio, restabelecendo-os no exercício da militância partidária”.

2º – Recomendar reservadamente aos companheiros a necessidade de tomar o máximo cuidado na divulgação da Nota, a fim de evitar que a mesma – ditada exclusivamente com o propósito de pacificar o Partido – seja utilizada para reabrir uma discussão que prejudica a imagem partidária.

3º – Considerar que o descumprimento da recomendação anterior caracterizará infração à ética partidária.

V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores

Brasília, 4, 5 e 6 de dezembro de 1987

Os anos de 1986 e 1987 foram um período de intenso conflito interno, onde o PT desgastou-se publicamente devido o “episódio dos coronéis” e as lutas internas com o PRO, de Fontenele, que já vinham desde sua entrada na agremiação.

Em 1987, houve as eleições internas para a direção municipal, com os cargos preenchidos proporcionalmente ao número de votos dos filiados. Rosa da Fonsêca era a candidata à presidência e obteve majoritariamente a maior quantidade de votos, porém as outras duas chapas juntas possuíam a maior quantidade de votos, rejeitando o seu nome para assumir a presidência. (FIRMO, 2017, p.145)

Em 1988, Maria Luiza Fontenele mantinha firmemente Dalton Rosado para suceder-lhe na prefeitura. O grupo de Fontenele filiou centenas de pessoas, porém a direção do partido estabeleceu que os novos militantes deveriam saber o estatuto e passar por cursos de formação política para poder participar das decisões partidárias. Então, no dia da pré-convenção que escolheria o candidato do partido, 905 pessoas foram desfiliadas sob o argumento de não conhecerem o estatuto. Rosa firmou que concordava que os filiados fossem votar (JORNAL DO BRASIL, 26 de abril de 1988w, p.3.).

Os militantes filiados pelo PRO foram votar, porém, no local de votação não puderam votar, ocasionado uma revolta generalizada com a quebra de urnas, roubo de atas, listas e agressões físicas. Durante visita à Fortaleza, o secretário geral do PT José Dirceu foi informado de que haviam denúncias de cinquenta moradores da favela foram filiados com a promessa de que a prefeitura iria desapropriar o terreno onde viviam e construiria casas novas em outro local. Mas, para conseguir as benesses, precisariam filiar-se ao PT e votar a favor da candidatura de Dalton Rosado (O POVO, 26 de abril de 1988v, p.4).

Rosa da Fonseca, Maria Luiza Fontenele, Célia Zanneti, Jorge Paiva e mais 17 membros foram expulsos, outros 905 foram desfiliaados. Ao todo, foram 926 pessoas desligadas do partido, constituindo-se na maior ruptura da história do PT cearense.

Com uma leitura heterodoxa do marxismo, as experiências eleitorais do PT abriram caminho para sua institucionalização e os desafios diante dos mandatos. Devido às eleições de 1986 e o fortalecimento do grupo da Igreja na direção do partido, os militantes ligados a Ilário Marques migraram para a tendência Articulação, assumindo a lacuna deixada pelo grupo de Gilvan Rocha. Já o grupo político de João Alfredo formou a Vertente Socialista (VS).

Durante o V Congresso do PT, deliberou-se sobre as tendências dentro do partido, declarando que não era uma frente política:

Filiados do PT podem constituir no interior do Partido, e com estrita obediência a esta regulamentação, um agrupamento para defender posições políticas e organizacionais e disputar postos nas instâncias e nos organismos do Partido. Um agrupamento dessa natureza é denominado Tendência Interna (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987e, p.1).

A regulamentação das tendências tornou mais claro os grupos que compunham o PT cearense. Existiam os trostkistas da CS, DS, remanescentes do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP). Mas, a partir de 1987, o partido demonstrou um amadurecimento com a gestão da prefeitura de Fortaleza, com a acumulação de forças no interior do estado e a consequente eleição de deputados estaduais.

Após a expulsão de Fontenele, as tendências mostraram traços mais nítidos. A VS tornou-se majoritária no PT cearense sob a presidência de João Alfredo. Os militantes do PRC, que não aderiram ao PRO, resolveram manter-se no PT e contribuíram para a institucionalização do partido, formando a Nova Esquerda (NE), que depois desembocou na tendência Democracia Radical (DR), sob a liderança nacional de José Genuíno e, no Ceará, de seu irmão, José Nobre Guimarães.

Com dois mandatos de Deputado estadual, o partido chegou ao final da década de 1980 com um agente ativo na política cearense, onde os deputados defenderam a participação dos trabalhadores na política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como ponto de partida a análise de um objeto em movimento. Para compreender a emergência do Partido dos Trabalhadores, analisamos a documentação referente a sua criação, apontando para uma subjetividade que demarcou uma pluralidade de pensamentos dos segmentos sociais que o formaram. Esse partido nasceu com um duplo projeto no início da década de 1980. O primeiro que aglutinou o campo majoritário liderado pelos sindicalistas, intelectuais e algumas organizações com autonomia, esses possuíam um discurso moderado e podem ser caracterizados como a direita do PT. O segundo, composto pela esquerda com um corpo teórico marxista mais enraizado que passou por transformações em fins da década de 1970, em sua maioria trotskistas, que criticavam a direção do partido, assim como socialismo real da URSS. Essas organizações mais à esquerda foram críticas aos dirigentes do PT devido os rumos que a agremiação tomou ao longo dos anos 1980. Ao transforma-se no início dos anos 1990, a direção dessa agremiação expulsou algumas organizações que lhe pareciam hostis, a Convergência socialista e a Causa Operária.

Mas, nos anos de fundação, os lugares onde o novo sindicalismo não teve forte influência, as organizações de esquerda foram fundamentais para a criação do PT. Desse modo, buscamos compreender as especificidades do partido cearense, onde os remanescentes das organizações de esquerda e os católicos progressistas convergiram seus campos de atuação nos movimentos populares.

Os eventos que marcaram sua fundação, em Fortaleza, não nos remetem apenas a história de um agrupamento político local, mas também as metamorfoses que a sociedade cearense vivenciou no final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, com destaque para as mudanças no catolicismo, que fomentaram a participação política dos fiéis. Ao lado da influência da Igreja Progressista, não podemos esquecer a resistência da esquerda marxista, sua penetração no meio sindical e nos movimentos populares.

Enquanto o PT nascia e buscava sua consolidação enfrentando sua primeira prova eleitoral em 1982, paralelamente, um grupo dissidente do PC do B elegia Maria Luiza Fontenele ao parlamento estadual. Devido a problemas com a atuação clandestina no interior do PMDB, em 1983, esse grupo começou a organizar o Partido Revolucionário Comunista que foi consolidado em 1984, ano que ingressou no PT. A partir da entrada da fração cearense

do PRC no PT, este último se tornou viável no campo eleitoral. Primeiro com a vitória eleitoral à prefeitura de Fortaleza, em 1985, posteriormente a ocupar duas cadeiras na Assembleia legislativa do Estado do Ceará. A partir de 1987, o partido encontrava-se em processo de institucionalização, com uma centralidade interna mais e tendências políticas bem definidas.

Essa pesquisa foi motivada para complementar existência de outros trabalhos sobre os católicos, secas, eleições, sindicatos e alguns aspectos da atuação dos petistas nos campos da sociologia, educação, religião e, agora, no campo da história.

Ao buscar respostas nos documentos, foi possível encontrar elementos para descrever os conflitos em torno da atividade partidária, na tentativa de compreender como os seus militantes se relacionaram com a sociedade e na disputa com as elites.

Na hipótese de que a origem e consolidação do Partido dos Trabalhadores no Ceará ocorreu devido a metamorfoses políticas e econômicas, oferecendo condições para viabilidade eleitoral de determinados segmentos da classe trabalhadora, destacamos tal confirmação quando foi aberto no regime militar uma abertura para que segmentos da sociedade civil organizada buscasse meios de representação. Isso foi uma resposta as diversas crises daquele momento como as crises econômicas, das esquerdas, sindicalismo pelego, a política tradicionalista dos militares, a maior expressividade dos católicos progressistas por meio das Comunidades Eclesiais de Base e a “politização” contra a indústria da seca.

Foi a partir dessa luta contra a ordem vigente que, no Ceará, a agremiação surgiu, consolidou e venceu as eleições de 1985. Há pouco tempo do final da gestão, Maria Luiza Fontenele foi expulsa do partido. Mas, a expulsão não pode ser compreendida apenas pelos conflitos internos, pois o partido já demonstrava traços de centralização interna e mudanças no discurso que o deram origem.

A gestão de petista em Fortaleza buscou realizar a mobilização popular. Embora alguns segmentos optaram por administrar a crise na prefeitura, a predisposição, em geral, foi uma inclinação para uma gestão de esquerda, fato que aos olhos das elites não poderia ter sucesso. Foi um momento de reorganização de forças hegemônicas como resultado de toda movimentação política que vinha desde fins dos anos 1970. A vitória eleitoral, em 1985, a prefeitura de Fortaleza foi reflexo dos desdobramentos políticos que marcaram a história do Brasil, ainda que com especificidades que foram identificadas ao longo da dissertação.

FONTES

JORNAL CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

Candidatura única sim. Dos trabalhadores. Convergência Socialista 15 a 22 de junho de 1984. p.4.

EM TEMPO

Por que não me ufano MDB. Em Tempo. Rio Grande do Sul, 28 de dezembro de 1978. p.6.

JORNAL MUTIRÃO

Edição Especial Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Jornal Mutirão. Fortaleza. Março de 1979. Ano II, p .3.

O POVO

Aurélio Peres: defendendo uma agremiação mais ampla que o PT.O Povo. Fortaleza, 25 de julho de 1979a, p.2

AUTO FILHO, Francisco. **Em defesa do PT.** O Povo. Fortaleza, 5 de agosto de 1979b, p.24.

ALENCAR, José Ferreira de. **Partido dos Trabalhadores.** O Povo. Fortaleza, 23 de setembro de 1979c, p.24.

AUTO FILHO. Francisco. **Marxismo e o PT.** O Povo. Fortaleza, 1 de outubro de 1980d, p. 10.

AUTO FILHO. Francisco. **Marxismo e o PT II.** O Povo. Fortaleza, 2 de outubro de 1980e, p. 20.

Tendência popular do PMDB poderá unir-se ao PT e PTB. O Povo. Fortaleza. 28 de janeiro de 1980f. p.2

FIRMO, Érico; CARVALHO, Erivaldo. **Política se faz com coragem.** O POVO online. FORTALEZA. 24 de abril de 2014g. Disponível em:

<<http://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2014/02/24/noticiasjornalpaginasazuis,3210789/politica-se-faz-com-coragem.shtml>> Acesso em 21/05/2016.

Cardeal condena greve sem breve diálogo. O Povo. Fortaleza, 5 de maio 1980h. p.4.

Trabalhadores rurais concentram-se em Russas. O Povo. Fortaleza, 02 de maio de 1980i. p.14.

Ato público marca o dia do trabalhador. O Povo. Fortaleza. 02 de maio de 1980j. p.4.

Excesso de pessoal é problema para Tasso. O Povo. Fortaleza. 22 de fevereiro de 1987k, p.2.

Tiroteio com dois favelados na favela José Bastos. O Povo. Fortaleza. 27 de dezembro de 1978l. p.12.

O caso José Bastos. O Povo. Fortaleza. 29 de dezembro de 1978m, p.3

Dom Aloísio pede em favor dos favelados. O Povo. Fortaleza. 15 de janeiro de 1979n, p.19.

PT: do ABC paulista para o Brasil. O Povo. Fortaleza. 13 de novembro de 1985o. p. 4.

Secretariado faz Maria e rosa romperem. O Povo. Fortaleza. 4 de janeiro de 1986p. p.2

Bispos desmentem invasão de terras no Ceará. O Povo. Fortaleza. 21 de junho de 1986q. p.12.

PT divulga nota sobre o caso dos coronéis. O POVO. Fortaleza, 6 de fevereiro de 1987r, p. 2.

Maria encaminha recurso ao PT e lembra sua militância política. O Povo. Fortaleza. 29 de agosto de 1987s. p. 3.

Partido clandestino quer implodir o PT. O Povo. Fortaleza. 29 de novembro de 1987t, p.3

O PT expulsa Gilvan, William e Fonseca Neto e inocenta Maria no caso dos Coronéis. O Povo. Fortaleza. 26 de janeiro de 1987u, p. 3.

Dirceu diz que PT não perde politicamente. O Povo. Fortaleza. 26 de abril de 1988v, p.4

JORNAL DO PMDB

O PMDB propõe frente eleitoral com o PT. Jornal do PMDB. Rio de Janeiro, outubro de 1981.p.14.

MOVIMENTO

Nos bastidores renasce o PTB. Movimento. São Paulo. 13 de fevereiro de 1978a, p.5.

Um, dois, vários Partidos dos Trabalhadores. Movimento. São Paulo. 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1979b, p.4.

Um réu doente de medo. *Movimento*. São Paulo, 3 a 9 de agosto de 1980c. p.4.

Seis alunos em greve de fome. *Movimento*. São Paulo. 05 a 11 maio de 1980d. P.8.

Começam os saques: é o sinal da seca chegando ao sertão. *Movimento*. São Paulo. 9 a 15 de março de 1981e. p.5

Ceará, uma briga difícil no PDS. *Movimento*. São Paulo. 16 a 22 de novembro1981f. p.6.

Pacto, fusão, coligações: sim ou não. *Movimento*. São Paulo.13 a 19 de julho de 1981g, p.3.

Amaldiçoada e idolatrada seca nordestina. *Movimento*. São Paulo. 16 a 22 de abril de 1979. p. 2.

DIÁRIO DO PERNAMBUCO

PT faz reunião em Maranguape para criar provisórias. Diário do Pernambuco. Recife, 25 de março de 1980a. p.A3.

Saques. Diário do Pernambuco. Recife. 3 de março de 1982b, p.8

JORNAL DO BRASIL

O PT poderá ser fantasma nas eleições de 1982. Jornal do Brasil. 22 de fevereiro de 1981^a, p.4

PT não quer ser só dos operários. Jornal do Brasil. 19 de setembro de 1979b. P.7

Prefeito da dinheiro a flagelados famintos para evitar saques no Ceará. Jornal do Brasil. 29 de julho de 1981c. p.8.

Flagelados invadem cidades e tentam saques no Ceará. Jornal do Brasil. 17 de agosto de 1983d, p.9.

Informe JB. Jornal do Brasil. 16 de abril de 1983e, p.6.

CNBB faz cartilha para definir partido. Jornal do Brasil. 8 de janeiro de 1982f, p. 7.

Lira Tavares: Assembleia do Ceará decidiu com soberania. Jornal do Brasil. 20 de outubro de 1964g. p.1.

Outro campeão de votos, Paes de Andrade reforça a presença peemedebista. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 30 de outubro de 1985h, p. 7.

Insultos pela TV. Jornal do Brasil. 18 de outubro de 1985i. p.4.

Polícia, sob pressão, liberta menor que fazia pichações para o PT. Jornal do Brasil, 21 de outubro de 1985j. p.2.

Fortaleza tem novo prefeito. Jornal do Brasil, 2 de julho de 1985k, p.2

Prefeito afirma que César Cals nomeou 13 mil em seis meses. Jornal do Brasil. 6 de julho de 1985l. P. 2

Pinho anula nomeações de Cals Neto. Jornal do Brasil 13 de julho de 1985m, p.2

PCB faz autocritica e admite que não soube usar a legalidade. Jornal do Brasil. 8 de dezembro de 1985n, p.7.

Paes de Andrade e Mota derrotam os coronéis do Ceará. Jornal do Brasil. 16 de novembro de 1985o, p.7

Funcionários farão greve para Maria Luiza ter ajuda Federal. Jornal do Brasil. 18 de janeiro de 1986p, p.2.

Coligação aprovada. Jornal do Brasil. 14 de julho de 1986q, p.3

No Ceará, PT lança Padre para o governo. Jornal do Brasil. 22 de abril de 1986r, p.4

Padres conciliam a política com funções do sacerdócio. Jornal do Brasil. 27 de abril de 1986s, p.4.

Cargos oferecidos por governador descontentam vereadores de Fortaleza. Jornal do Brasil. 12 de julho de 1986t, p.2.

PT de Pernambuco ainda vai decidir se retira o apoio dado a Arraes. Jornal do Brasil. 25 de junho de 1986u, p.2.

Tasso promete combater miséria dando terra a 50 mil famílias. Jornal do Brasil. 9 de setembro de 1986v, p.8.

Sucessão leva o PT do Ceará a pedir a expulsão de Maria Luiza. Jornal do Brasil. 26 de abril de 1988, p.3w.

DIÁRIO DO NORDESTE

Região de Crateús: base de apoio para lutas de resistência. Diário do Nordeste online. Fortaleza. 24 de novembro de 2005a. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/regiao-de-crateus-base-de-apoio-para-lutas-de-resistencia-1.154590>> Acesso em 01 de janeiro de 2017.

MARTINS, Miguel. **Presidente do Ibope diz que maior erro do instituto foi projeção feita para Fortaleza.** Diário do Nordeste online. Fortaleza. 5 de junho de 2012b. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/blog-politica/presidente-do-ibope-diz-que-maior-erro-do-instituto-foi-projecao-feita-para-fortaleza/>> Acesso em 13 de abril de 2017.

FONTE ORAL

TEÓFILO, Argemiro. *Entrevista ao autor*. Juazeiro do Norte/CE: 5 de março de 2016.

DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: **Conclusões de Medellín.** Edições paulinas: 1968. Disponível em: <<http://historico.cpalsj.org/wp-content/uploads/2013/03/Medellin-II-CELAM-1968-POR.pdf>> Acesso: 05 de abril de 2016.

Diffusion de L'information Sur L'Amérique Latine. **Eu ouvi os clamores do meu povo.** Disponível em: <<http://www.alterinfos.org/archives/DIAL-99.pdf>> Acesso: 25 de abril de 2016

CNBB. **Igreja e os problemas da terra.** Itaici-SP, 1980. Disponível em: <<https://pstrindade.files.wordpress.com/2015/01/cnbb-doc-17-igreja-e-problemas-da-terra.pdf>> Acesso: 27 de abril de 2016.

CNBB- REGIONAL NORDESTE 1. **Diretrizes da ação pastoral da igreja que está no Ceará.** Fortaleza, [s.l.:s.n.] (Cadernos Pastorais, n.51).

CNBB- REGIONAL NORDESTE I. **Cartilha de Educação Política.** Fortaleza, 1981.

DOCUMENTOS AVULSOS

Nobre, Carlos. **Cordel em favor da anistia.** 20 de outubro de 1978

Convite para exposição no Centro Médico Cearense. sn.sl.

Convite da Conferência de lançamento do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA-CE), março de 1976.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Rio de Janeiro, 1982.

Maria Luiza Fontenele, palestra proferida em 31/05/1986-PUC-SP

DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Tese de Santo André-Lins.** 1979a.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios.** 1980b.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto.** 1980c.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, **Programa.** 1980d.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Anexo da Regulamentação das tendências internas.** 1987e.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA. RESOLUÇÃO DO I CONGRESSO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA, 1984.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. **Igreja Católica no processo de formação da classe trabalhadora**. 2012. 264f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ANGELO, Vitor Amorim de. **A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT**. 2007. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) São Carlos: Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, São Carlos, 2007.

AZEVEDO, Alessandro Augusto de. **Sem medo de dizer não: o PT e a política do Rio Grande do Norte. (1979 – 1990)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal, 1996.

BARREIRA, César. Os pactos na cena política cearense. In: HEREIDA, Beatriz Maria Alasia de. (org.). **Continuidade e rupturas na política cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-UFC/ FUNCAP/CNPq-PROEX; Campinas-SP: Pontes Editora, 2008 p.91-111.

BARREIRA, Irllys. Ideologia e gênero na política: estratégias de identificação em torno de uma experiência. In: HEREIDA, Beatriz Maria Alasia de. (org.). **Continuidade e rupturas na política cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/FUNCAP/CNPq-PROEX; Campinas-SP: Pontes Editora, 2008, p-113-142.

BOFF, Leonardo. BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BRILHANTE, Matilde de Lima. **Um passado em traços: charge e a produção de sentido sobre a “Administração Popular” de Fortaleza (1985-1988)**. 2011. 174f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará -UFC, Fortaleza, 2011.

CALADO, Alder Júlio Ferreira; FRAGOSO, João da Cruz; GONÇALVES, Luiz Gonzaga. **O profeta dos pobres, Dom Fragoso nos fala**. João Pessoa: Edições BUSCAS, 2007.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Eleições de 1986 no Ceará candidaturas que emergem dos movimentos populares na zona rural. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org.). **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas-SP: Pontes, 2009a, p. 121-144.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Pleitos eleitorais na década de 1980: o que há de novo na política cearense. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org.). **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas-SP: Pontes, 2009b, p. 107-119.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. 2005 549f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2005.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe-PROEX/CECAC/Programa editorial, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. N. (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

FARIAS, José Airton. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar**. 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza, 2007a.

FARIAS, José Airton. **História do Ceará**. 7 ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015b.

FIRMO, Érico. **Rosa da Fonsêca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017.

FOLLMANN, José Ivo. **Igreja, ideologia e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

FREIRE, Aldenor Nunes. **Eleições Municipais de 1982**. [s.l. : s.n]

FREIRE, Aldenor Nunes. **Eleições Municipais de 1986**. [s.l. : s.n]

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuição à história da esquerda brasileira, 1960-1979: in MORAIS, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (org.). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 193-223.

GURGEL, Cláudio. **Estrelas e Borboletas**. Rio de Janeiro: PAPAGAIO, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KECK, Margaret E. **PT. A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KINZO, Maria D'alva. Novos Partidos: o início do debate. In. LAMOUNIER, Bolívar (Org.) **Voto de desconfiança – eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979**. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980, p. 217-160.

LOWY, Michel. As esquerdas na ditadura militar: cristianismo da libertação. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, p.303-320.

LOWY, Michel. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. 2ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016b.

MARQUES, Rosa Maria. Os grupos trotskistas no Brasil (1960-1990). In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.149-163.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido 1979-1982**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

NOBRE, Geovan. **Trabalhadores e povo: discursos do PT de Quixadá. (1980-1992)**. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, '2012

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **A dimensão educativa do partido político**. Fortaleza: Expressão, 1991.

PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “Coronéis” (1945-1986). In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p.381-408.

PONTE Jr., Osmar de Sá. **Dualidade de poderes: um mal-estar na cultura política de esquerda**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.21-52.

ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008a.

ROCHA, Gilvan. **Bye, bye PT**. Fortaleza: Expressão Gráfica Ltda, 1997b.

ROCHA, Gilvan. **Vermelho é a cor da esperança: textos socialistas**. Fortaleza: Expressão Gráfica Ltda, 1996c.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

VASCONCELOS, José Gerardo. **O movimento pela anistia: novos e velhos atores no contexto autoritário**. Caderno de Ciências Sociais. Fortaleza: Núcleo de Estudos em Pesquisas Sociais (NEPS), 1997.